

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 19

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 7 de fevereiro de 2017

Deputados debatem proposta de reajuste para militares

Projeto de lei será publicado no *Diário Oficial* de hoje

A proposta de reajuste para policiais e bombeiros militares divulgada pelo Governo do Estado foi debatida pelos deputados durante a Reunião Plenária de ontem. O projeto de lei, que chegou à Alepe na noite de ontem e será publicado no Diário Oficial de hoje, prevê um aumento dividido em três parcelas, a serem pagas até o final de 2018.

A porcentagem de reajuste é diferente para cada patente das corporações militares, variando de 21 a 40% ao fim do período. Segundo o Governo, o soldo inicial da categoria, que hoje é de R\$ 3.549,68, chegará a R\$ 4.104,88, o que corresponderá a um aumento de 27,5% no decorrer de dois anos. O soldo dos coronéis (a maior patente) passará de R\$ R\$ 16.576,08 para R\$ 23.238,00, ao fim do próximo ano, representando um aumento de 40%.

O deputado Joel da Harpa (PTN) fez diversas críticas ao conteúdo da proposta. “Ainda há tratamento diferenciado entre o salário dos policiais civis e militares. Além disso, o Execu-



ROBERTO SOARES

POLÊMICA - Enquanto deputados governistas defenderam o texto elaborado pelo Executivo, a Bancada de Oposição questionou alguns pontos da matéria

tivo deixou as associações representativas de fora da negociação e está proibindo cabos e soldados de se reunir em público”, relatou.

Segundo o parlamentar, os policiais e bombeiros militares só seriam beneficiados com o reajuste se não sofressem punições dentro das corporações. “Os militares que participam de manifestações serão duplamente punidos: sofrerão penalidades disciplinares e perderão o aumento”, apontou.

Joel da Harpa foi apoiado, em apartes, por Edilson Silva (PSOL) e pelo líder da

Oposição, Sílvio Costa Filho (PRB). “Estamos falando de um aumento em que o maior impacto será no mandato do próximo governador, que pode não mais ser Paulo Câmara”, sublinhou Costa Filho.

Em resposta, o Líder do Governo, Isaltino Nascimento (PSB), declarou que o comando das corporações militares participou da elaboração da proposta, respeitando a hierarquia da instituição. No entanto, segundo o parlamentar, as associações militares se recusaram a conversar com os comandantes. “O Governo está cumprindo

os seus compromissos. Ele está atendendo a uma parte significativa da pauta dos profissionais da segurança pública num momento de dificuldade orçamentária, em que esses recursos terão que sair de outras áreas”, avaliou.

O líder governista ressaltou que o reajuste vem num contexto de diversas melhorias na carreira dos militares. “Antes, policiais chegavam a passar até 20 anos ou mais sem ter nenhuma progressão. Com muito esforço, fizemos 5.700 promoções em 2015, e 2.200 em 2016. Com o aumento salarial, chegaremos a

uma segunda conquista, que é a equivalência entre as Polícias Civil e Militar”, destacou.

Isaltino foi apoiado pelos deputados Romário Dias (PSD), Aluísio Lessa (PSB), Waldemar Borges (PSB), Rodrigo Novaes (PSD), Lucas Ramos (PSB) e Gustavo Negromonte (PMDB). Borges salientou que “o impacto do aumento apenas neste ano será de cerca de R\$ 300 milhões, o que é mais do que o gasto de todas as UPAs do Estado”.

Já Rodrigo Novaes afirmou que os deputados da

Oposição deveriam reconhecer o avanço que representa a proposta apresentada. “Tenho o receio de que Joel da Harpa não reconheça as qualidades da iniciativa do Governo, por conta da disputa política pelos votos dos policiais militares na próxima eleição”, declarou. No Tempo de Liderança, Joel da Harpa respondeu às críticas de Novaes. “Eu não me preocupo se vou ser reeleito em 2018. Enquanto for deputado, não vou deixar de cumprir meu papel em prol dos policiais e bombeiros militares de Pernambuco”, sentenciou.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Álvaro Porto volta a pedir respostas do Governo para a segurança pública

Ocorrências do último fim de semana motivaram o pronunciamento

Episódios de violência registrados em duas praças no último fim de semana levaram o deputado Álvaro Porto (PSD) a reiterar os pedidos de providências para a área de segurança pública. Ontem, o parlamentar, cujo partido integra a bancada do Governo, afirmou que “a população quer menos declarações e mais ação”, e

avaliou que a gestão “é incapaz de iniciar um processo que reverta a situação”.

Na última sexta (3), duas agências bancárias na praia de Porto de Galinhas, em Ipojuca, Grande Recife, sofreram explosões durante a ação de assaltantes. No domingo (5), um tiroteio na praia do Pina, Zona Sul do Recife, deixou uma mulher ferida. “O que falta acon-

tecer para que o governador Paulo Câmara tome para si o comando da segurança pública?”, questionou Porto.

Em aparte, o líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PRB) reforçou as preocupações do parlamentar do PSD, e sugeriu a convocação de audiência pública, após o Carnaval, para debater a política de segurança no Estado. “Todas

as vezes que o deputado Álvaro Porto ocupa a tribuna é para falar a verdade. O maior aliado que o Governo pode ter é aquele que fala a verdade”, afirmou.

Também juntaram-se às críticas Júlio Cavalcanti (PTB), que chamou a atenção para o crescimento da violência no Interior, e Priscila Krause (DEM), que alertou para o crescimento dos crimes con-



TRIBUNA - “A população quer menos declarações e mais ação”

tra o patrimônio e de menor potencial ofensivo. “O governador precisa instalar um gabinete de crise para gerir essa situação. Ou admitimos nossa crise ou não conseguiremos sair dela”, apontou a democrata.

Violência

Antônio Moraes quer audiência pública sobre fechamento de bancos



ROBERTO SOARES

COBRANÇA - Há microrregiões com apenas uma agência aberta

As consequências dos assaltos a agências bancárias no Interior voltaram a render discussões no Plenário da Assembleia. Ontem, o deputado Antônio Moraes (PSDB) pediu que a Comissão de Desenvolvimento Econômico convide a direção do Banco do Brasil para, em audiência pública, prestar esclarecimentos ao cole-

giado sobre o encerramento de serviços em pequenas cidades após os ataques de criminosos.

Na avaliação do parlamentar, a instituição financeira estaria “se aproveitando” das investidas dos assaltantes para encerrar permanentemente o atendimento nos municípios menores. “Existem microrregiões com apenas

uma agência funcionando. O Banco do Brasil precisa explicar aos pernambucanos o que pretende, porque quem está pagando a conta é a população”, argumentou.

Moraes relatou que, atualmente, idosos chegam a se deslocar até 50 quilômetros para sacar o valor das aposentadorias, e comerciantes precisam trans-

portar dinheiro até municípios vizinhos para fazer depósitos. O deputado sugeriu que, para a audiência, sejam chamados também representantes sindicais e da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe). “A Comissão precisa se debruçar sobre essa questão. Isso tem afetado os cidadãos e o comércio de diferentes regiões.”

PLENÁRIO

Críticas à nomeação de Moreira Franco

O deputado Lucas Ramos (PSB) criticou, ontem, a indicação de Moreira Franco para chefiar a Secretaria Geral da Presidência da República, que tem status de ministério. Segundo o socialista, a medida teria a intenção de “blindar” o político contra as investigações da Operação Lava Jato, uma vez que ele foi citado na delação do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Mello Filho. Ao se tornar ministro, Moreira Franco passou a ter foro privilegiado. Ramos lembrou que, em março de 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi nomeado para chefiar a Casa Civil pela ex-presidente Dilma Rousseff, mas a indicação foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. “Parece ter se tornado uma prática corriqueira no Governo Federal. Dilma tentou no ano passado, e essa atitude foi criticada, e Michel Temer usou o mesmo expediente”, frisou. “Fica evidente a intenção do presidente de proteger um aliado. Aliás, o próprio Temer é um dos nomes mais citados nas delações, o que só reafirma a falta de legitimidade desse ato”, reforçou.



Entrega de obras no Sertão do Araripe

Obras necessárias à Região do Araripe foram cobradas pela deputada Socorro Pimentel (PSL), em pronunciamento no Pequeno Expediente de ontem. Na avaliação da parlamentar, “o Governo do Estado esqueceu o povo sertanejo”. Entre os empreendimentos que precisam ser entregues rapidamente, Socorro citou o Instituto de Medicina Legal (IML), além dos hospitais do Trauma e da Mulher. Cobrou, ainda, a conclusão da reforma do Hospital Regional Fernando Bezerra, em Ouricuri, e a instalação da Delegacia da Mulher. Ao cumprimentar os novos integrantes do Poder Legislativo Estadual, Socorro ressaltou a certeza de que poderá contar com a deputada Roberta Arraes (PSB), sua conterrânea, na luta em favor do povo do Araripe. Também agradeceu aos parlamentares a confiança por sua eleição ao cargo de segunda suplente da Mesa Diretora da Alepe.



Falecimento de Marisa Letícia

A ex-primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva, falecida no último dia 03, em São Paulo, recebeu, ontem, a homenagem dos deputados Teresa Leitão e Odacy Amorim, ambos do PT. “Marisa Letícia não foi uma primeira-dama qualquer, não porque fosse melhor do que as outras, mas porque rompeu com o papel tradicional reservado a mulheres nessa posição”, declarou Teresa. Segundo a deputada, Marisa vai fazer muita falta a Lula, como abrigo e como conselheira, e também vai fazer falta para o PT, o primeiro partido a ter uma Secretaria das Mulheres e a promover paridade em todas as instâncias partidárias”, registrou. Odacy Amorim também manifestou pesar pela morte da ex-primeira-dama, enaltecendo seu companheirismo em relação ao ex-presidente Lula. “Somos solidários e gratos por todo o trabalho do presidente Lula por Pernambuco. Nas muitas vezes em que ele veio ao Estado, dona Marisa sempre esteve presente”, frisou.



Homenagem póstuma a ex-deputado

O deputado Zé Maurício (PP) fez, durante a Reunião Plenária de ontem, uma homenagem póstuma ao ex-deputado José Inácio da Silva, falecido no último dia 26 de janeiro, e cujo corpo foi velado na Assembleia. O parlamentar endossou o voto de pesar apresentado por Ricardo Costa (PMDB) e qualificou Zé Inácio como “um pernambucano de coração humilde e que sempre trabalhou em prol do nosso povo”. Na Assembleia, além de ter atuado como suplente, Zé Inácio exerceu mandatos de 1959 a 1969, quando foi cassado durante o Regime Militar. “A vida política dele foi marcada pela preocupação com as secas que atingem o Estado. Seu falecimento deixou a todos consternados, e o velório foi marcado por muita emoção e saudade”, expressou Zé Maurício. Durante o discurso, o parlamentar também cumprimentou os sete deputados empossados na Alepe em substituição aos que foram eleitos prefeitos em Pernambuco, em 2016.



Atos

ATO Nº. 50/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 729369/2017, do **Deputado Silvío Costa Filho**, **RESOLVE**: exonerar, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, o servidor **JOSÉ DOMINGOS DE ARAÚJO FILHO**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **MAURO CÉSAR LOUREIRO PASTICK**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº. 53/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 033068/2017, do **Deputado Eriberto Medeiros**, **RESOLVE**: exonerar e nomear os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT
ANTONIO FRANCISCO DE MORAES GUERRA FILHO	Assessor Especial/PL-ASC	Chefe de Gabinete/PL-CGC	37,44%
CLÉCIO ROGÉRIO LUCAS VIEIRA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	Assessor Especial/PL-ASC	0%
PALOMA BEATRIZ ISAAC AMORIM	Secretário Parlamentar/PL-SPC	Assessor Especial/PL-ASC	0%
RENILDO JOSÉ PESSOA MARQUES DA FONSECA	Chefe de Gabinete/PL-CGC		
SIDYA VERÔNICA MONTEIRO DA FONSECA		Assessor Especial/PL-ASC	0%

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº. 54/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 109/2017, do **Deputado Pastor Cleiton Collins**, **RESOLVE**: exonerar, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
MARLEIDE APARECIDA ETELVINO	Assessor Especial	PL-ASC
DANILO TAVARES DA LUZ	Assessor Especial	PL-ASC

Sala Torres Galvão, 6 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 55/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 0014/2017, do **Deputado Beto Accioly**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **CLAYTON ROCHA DOS SANTOS**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **MARCELO PAULO DE ARAÚJO**, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 6 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 56/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 11/2017, do **Deputado Dr. Valdi**,

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Pastor Cleiton Collins; 2º Vice-Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Júlio Cavalcanti; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros ; 1º Suplente, Deputado Augusto César; 2º Suplente, Deputada Socorro Pimentel; 3º Suplente, Deputado Henrique Queiroz; 4º Suplente, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editores** - Verônica Barros; **Subeditores** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bitá, Rinaldo Marques e Henrique Genecy (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scm@alepe.pe.gov.br.



RESOLVE: exonerar, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de fevereiro de 2017, a servidora **CÁSSIA RITA OLIVEIRA MENDONÇA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **JOSE ALBERES DE SOUZA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 66,23% (sessenta e seis vírgula vinte e três por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 6 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 57/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 020/2017, do **Deputado Rodrigo Novaes**, **RESOLVE**: exonerar, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
ANA CECILIA DE ARAÚJO LIMA	Assessor Especial	PL-ASC
TEREZA CRISTINA FERREIRA GONDIM	Assessor Especial	PL-ASC

Sala Torres Galvão, 6 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 58/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido nos Ofícios nºs. 31, 32 e 33/2017, do **Deputado Claudiano Martins Filho**, **RESOLVE**: exonerar, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, e nomear os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº. 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT
ROSA ELBE MAGALHÃES DA SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC		
EDINALDO CAMPELO DE OLIVEIRA		Secretário Parlamentar/PL-SPC	120%
MAIAMY QUENTAL LEITE		Secretário Parlamentar/PL-SPC	9%

Sala Torres Galvão, 6 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Ata

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE FEVEREIRO DE 2017

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS GUILHERME UCHOA E DIOGO MORAES

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA, AUGUSTO CÉSAR, BISPO OSSÉSIO SILVA, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, GUILHERME UCHOA, JADEVAL DE LIMA, JOEL DA HARPA, JULIO CAVALCANTI, PAULINHO TOMÉ, PRISCILA KRAUSE, SILVIO COSTA FILHO E SOCORRO PIMENTEL, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LUCAS RAMOS, MARCANTÔNIO DOURADO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SIMONE SANTANA, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E NILTON MOTA, O DEPUTADO GUILHERME UCHOA ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS DIOGO MORAES E AUGUSTO CÉSAR, RESPECTIVAMENTE. O SEGUNDO-SECRETÁRIO LÊ A ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA ONTEM, SUBMETIDA À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADA, ASSINADA E ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O PRIMEIRO-SECRETÁRIO LÊ O EXPEDIENTE, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. O PRESIDENTE ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O DEPUTADO EDILSON SILVA DENUNCIA CRÍTICA O LÍDER DA BANCADA DE GOVERNO POR MANOBRA DE ESVAZIAMENTO DO PLENÁRIO PARA EVITAR DEBATE NESTA CASA ACERCA DA SITUAÇÃO CRÍTICA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO, RELATA ENCONTRO COM O SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO E O CRÍTICA PELA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA. ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO DIOGO MORAES. O DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO DENUNCIA AUSÊNCIA DA BANCADA DE GOVERNO NESTA REUNIÃO. A DEPUTADA PRISCILA KRAUSE CRÍTICA O GOVERNO DO ESTADO PELA ADMINISTRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA. O PRESIDENTE ANUNCIA QUESTÃO DE ORDEM E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO, QUE LAMENTA O FALECIMENTO DE MARISA LETÍCIA, ESPOSA DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA, PELO QUE O PLENÁRIO FAZ UM MINUTO DE SILÊNCIO. O DEPUTADO JADEVAL DE LIMA REFUTA OS COMENTÁRIOS DE AUSÊNCIA DA BANCADA DE GOVERNO AO APONTAR A PRESENÇA DE DOIS PARLAMENTARES DESSA BANCADA. O PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE. O DEPUTADO JOEL DA HARPA CONDENA PORTARIA DO COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO DE PROIBIÇÃO DE COMPARECIMENTO DE POLICIAIS MILITARES NESTA CASA E CRÍTICA O GOVERNO DO ESTADO POR NÃO HAVER ENVIADO A ESTA CASA PROPOSTA DE REAJUSTE MILITAR E ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA CATEGORIA. O ORADOR É APARTEADO PELOS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, SOCORRO PIMENTEL, JULIO CAVALCANTI, EDILSON SILVA, PRISCILA KRAUSE E SILVIO COSTA FILHO. O PRESIDENTE DESPACHA ÀS PRIMEIRA, TERCEIRA, QUINTA, NONA, DÉCIMA PRIMEIRA E DÉCIMA SEGUNDA COMISSÕES O PROJETO 1156, ENCAMINHA-O À PUBLICAÇÃO, BEM COMO AS INDICAÇÕES 5740 A 5762 E OS REQUERIMENTOS 2671 A 2681, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA A PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 003/2017 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando Projeto de Lei Ordinária nº 1157/2017 que Dispõe sobre o Sistema de Incentivo à Cultura - SIC. Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 12ª Comissões.

X X X X X X X X

MENSAGEM Nº 004/2017 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando Projeto de Lei Ordinária nº 1158/2017 que Autoriza a supressão de segmento de vegetação em áreas de preservação permanente, localizadas nos municípios de São Bento do Una e Capoeiras, neste Estado. Às 1ª, 3ª e 7ª Comissões.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

X X X X X X X X

MENSAGEM Nº 005/2017 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2017 que Revoga o art. 8º da Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, órgão superior de controle disciplinar interno, cria o Conselho Estadual de Defesa Social.
As 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

X X X X X X X X

MENSAGEM Nº 006/2017 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando Projeto de Lei Ordinária nº 1160/2017 que Dispõe sobre a extinção da Unidade de Gestão do Programa de Apoio ao Departamento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA e da Unidade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Enfoque Territorial e Transversalidade do Meio Ambiente - PROMAS.
As 1ª, 3ª, 7ª e 8ª Comissões.

X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 001/2017 - DA SECRETARIA GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5318, 5316, 5317, 5416, 5413, 5415, 5414, 5420 e 5412, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 865/2016 - DA DIRETORA PRESIDENTE DA EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5368, de autoria do Deputado André Ferreira.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 924/2016 - DA DIRETORA PRESIDENTE DA EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 4066, de autoria da Deputada Priscila Krause.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 928/2016 - DA DIRETORA PRESIDENTE EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 3307, de autoria do Deputado Adalto Santos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO DP Nº 702/2016 - DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DENTRAN DA SECRETARIA DAS CIDADES prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5597, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 9996/2016 - DO PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DE PERNAMBUCO - CREMEPE prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 2568, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0425/2016 - DO SECRETARIO DAS CIDADES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5540, 5572, 5544, 5541, 5539 e 5543, de autoria do Deputado Adalto Santos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 070/2016 - DO SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 4445, de autoria do Deputado Everaldo Cabral.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 793 E 794 - DO SECRETARIO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5655 e 5614, de autoria do Deputado Ricardo Costa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 1063 E 1064 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicações nº 4018, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 559, 560, 561, 564, 565, 5566 E 567/2016 - DA SECRETÁRIA DA MULHER DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5577, 5576, 5573, 5583, 5574, 5580 e 5575, de autoria do Deputado Adalto Santos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 622 - DO DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 3169, de autoria do Deputado Lucas Ramos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 522/2016 - DA DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOPE prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 2554, de autoria do Deputado Aluisio Lessa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 796 - DO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES EM PERNAMBUCO - DNIT prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 3274, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO S/Nº - DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 2391, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 011 E 022 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5333, 5329, 5331, 5391, 5487, 5393, 5390, 5488, 5334, 5489, 5491, 5330, 5392, 5332, 5697, 5701, 5687, 5699, 5690, 5691, 5692, 5693, 5694, 5700, 5696, 5689, 5688, 5695, 5702 e 5698, de autoria dos Deputados Clodoaldo Magalhães e Bispo Ossésio Silva.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 012/2017 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5408, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 013, 014, 015, 018, 019, 087, 089, 092 E 093 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL DA

SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5525, 5524, 5644, 5565, 5656, 5657, 5639, 5616 e 5561, de autoria do Deputado Ricardo Costa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 016, 080, 081, 082 E 083 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 3428, 5571, 5570, 5569 e 5568, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 017, 020, 021, 090 E 091 - DA SECRETÁRIA EXECUTIVA DE COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 5365, 5546, 5364, 5638 e 5637, de autoria do Deputado Adalto Santos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 07/2017 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE TRANSPORTES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5429, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 033/2017 - DO DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE OPERAÇÕES DO GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5720, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO S/Nº - DO ARCEBISPO METROPOLITANO DE OLINDA E RECIFE prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 2616/16, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0038/2017 - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0412.735-90.
As 2ª e 12ª Comissões.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 0039 E 0040/2017 - DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA DE GOVERNO RECIFE E DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando a liberação de recursos financeiros, na conta vinculada aos contratos de financiamento nºs 0355.634-60 e 0355-585-78.
As 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0046 - DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE E SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada aos Contrato de Repasse nº 823403/2015 - Operação 1026969-01, firmado com a Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária.
As 2ª e 8ª Comissões.

X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 865 E 866/2016 - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada aos Termos de Compromisso nºs 0435.603-97/2014 e 0402.218-26, no âmbito do Programa PAC - Prevenção da Seca.
As 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0890 - DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, vinculada ao Contrato de Repasse nº 0262915-89/2008, firmado com a Secretaria Especial dos Esportes.
As 2ª e 6ª Comissões.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 010 - DO DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI solicitando licença em Caráter Cultural no período de 06 à 15 de fevereiro do corrente ano, para viagem aos Estados Unidos.
À Publicação.

X X X X X X X X X

CT/COMPESA DRM Nº 001/ GED: Nº 1162399/2017 - DO DIRETOR REGIONAL METROPOLITANO DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5153, de autoria do Deputado Zé Maurício.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

CT/COMPESA DRM Nº 003/ GED: Nº 1166157/2017 - DO DIRETOR REGIONAL METROPOLITANO DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5455, de autoria do Deputado Joel da Harpa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

CARTA Nº 002/2017 - DO SUPERINTENDENTE REGIONAL DE TRENS URBANOS DO RECIFE DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS -CBTU prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 5666, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X

Ofícios

Ofício nº 03/2017

Recife, 6 de fevereiro de 2017.

Senhor Presidente

Com os meus sinceros cumprimentos, venho através do presente, solicitar as seguintes substituições na **Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo**:

Na titularidade:

O Deputado João Eudes pelo Deputado Romário Dias;

Na suplência:

O Deputado Pedro Serafim Neto pelo Deputado João Eudes;

A Deputada Simone Santana pelo Deputado Rogério Leão.

Atenciosamente,

Deputado Isaltino Nascimento
Líder do Governo

Ao Exmo. Sr.
Deputado GUILHERME UCHÔA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Ofício GAB/JH nº 010/2017

Recife, 6 de fevereiro de 2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através do presente, solicitar de V. Exa. licença em caráter cultural no período de 06 de fevereiro a 15 de fevereiro do corrente ano, viagem aos Estados Unidos, sem ônus para este poder legislativo. Sem mais para o momento, renovo votos de estima consideração. Atenciosamente,

José Humberto Cavalcanti
Deputado Estadual

Exmo. Sr.
Deputado GUILHERME UCHÔA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Nesta

Mensagem

MENSAGEM Nº 07/2017

Recife, 6 de fevereiro de 2017.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o Projeto de Lei Complementar, em anexo, que estabelece alterações na estrutura remuneratória e na carreira dos Militares do Estado de Pernambuco.

A proposição visa alterar a estrutura remuneratória das carreiras da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, de modo a integrá-las por subdivisões em faixas de soldos, indicando o nível de progressão no respectivo posto ou graduação.

O reajuste representará um acréscimo de R\$ 303 milhões na folha de pagamento de 2017, conforme detalhado nos demonstrativos de impacto financeiro, que acompanham o Projeto. Cumpre registrar que se trata de um grande esforço financeiro para os cofres estaduais, no maior acordo de valorização funcional já realizado em Pernambuco, no momento em que o Brasil passa pela maior crise financeira da história, a que o nosso Estado não está imune.

Registre-se que, nos últimos dois anos, o Governo adotou diversas providências para a valorização da carreira militar do Estado, a exemplo da instituição de um plano de cargos e da realização de um volume de promoções sem precedentes. A proposição ora encaminhada, em coerência com a política de melhorias para o efetivo militar, busca viabilizar o alinhamento entre os vencimentos no âmbito da Secretaria de Defesa Social até o final do exercício de 2018.

O Governo de Pernambuco enfatiza seu entendimento de que a observância da disciplina e o respeito à hierarquia são condições essenciais ao funcionamento regular das instituições militares, pelo que todas as providências têm sido adotadas para oferecer aos comandos militares as condições adequadas de trabalho para promover a segurança pública no Estado de Pernambuco.

Em face da importância da matéria tratada, tenho a convicção de que se empenhará ao projeto o apoio indispensável para sua aprovação, razão pela qual solicito a observância, na tramitação do anexo Projeto de Lei Complementar, do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 6 de fevereiro de 2017.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Complementar Nº 1166/2017

Ementa: Estabelece alterações na estrutura remuneratória e na carreira dos Militares do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A estrutura remuneratória das carreiras dos Militares do Estado, praças e oficiais passa a ser integrada por subdivisões em faixas de soldos, indicando o nível de progressão no respectivo posto ou graduação, na forma dos Anexos "I" a "III", a partir das datas neles indicadas, e, ainda, conforme definido a seguir:

I - para o posto de Coronel, faixa vencimental de soldo único;

II - para o posto de Tenente Coronel, 3 (três) faixas vencimentais de soldo, sendo a primeira de menor valor nominal e a última de maior valor nominal;

III - para os postos de Major, Capitão, Primeiro Tenente e de Segundo Tenente, 5 (cinco) faixas vencimentais de soldo, sendo a primeira de menor valor nominal e a última de maior valor nominal;

IV - para a graduação de Subtenente, faixa vencimental de soldo único;

V - para a graduação de Primeiro Sargento, 3 (três) faixas vencimentais de soldo, sendo a primeira de menor valor nominal e a última de valor nominal maior; e

VI - para as graduações de Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e de Soldado, 5 (cinco) faixas vencimentais de soldo, sendo a primeira de menor valor nominal e a última de valor nominal maior.

§ 1º Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por progressão a movimentação horizontal nas faixas dos respectivos postos e graduações.

§ 2º Em 1º de maio de 2017, os Militares do Estado, ativos e inativos, serão enquadrados da seguinte forma, na tabela do Anexo I, mantidos os níveis hierárquicos que ocupem na respectiva carreira:

I - para o posto de Coronel, na respectiva faixa vencimental de soldo única;

II - para todos os demais postos da carreira de oficiais, na respectiva faixa vencimental "B" de soldo;

III - para a graduação de Subtenente, na respectiva faixa vencimental de soldo única; e

IV - para todas as demais graduações da carreira de praças, na respectiva faixa vencimental "B" de soldo.

§ 3º A partir de 1º de maio de 2017, em decorrência de sua incorporação aos valores nominais de soldo definidos nesta Lei Complementar, ficam extintas as gratificações instituídas pelos arts. 8º a 12 da Lei Complementar nº 59, de 5 de julho de 2004 e vedada a percepção do benefício previsto no Decreto nº 43.053, de 17 de maio de 2016, conforme representado na tabela contida no Anexo I.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Convoco nos termos do art. 117, § 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: AUGUSTO CÉSAR (PTB), DR. VALDI (PP), JÚLIO CAVALCANTI (PTB), LUCAS RAMOS (PSB), ROGÉRIO LEÃO (PR) e TONY GEL (PMDB), e os suplentes: EDILSON SILVA (PSOL), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), MARCANTÔNIO DOURADO (PSB), PAULINHO TOMÉ (PT), RODRIGO NOVAES (PSD), SILVIO COSTA FILHO (PRB) e WALDEMAR BORGES (PSB), para a Reunião de Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Administração Pública, para a terceira e a quarta sessões legislativa da décima oitava legislatura, a ser realizada às 11:30 (onze horas e trinta minutos), do dia 07 de fevereiro de 2017, no Plenário, localizado na Rua da Aurora, 631, Boa Vista, Recife/ PE.

RECIFE, 7 DE fevereiro DE 2017.

DEPUTADO JOAQUIM LIRA
DEPUTADO ESTADUAL

COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 117, §2º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: JOÃO EUDES (PDT), JOEL DA HARPA (PTN), PAULINHO TOMÉ (PT) e ROBERTA ARRAES (PSB), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), EVERALDO CABRAL (PP), JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI (PTB), SÍLVIO COSTA FILHO (PRB) e ZÉ MAURÍCIO (PP) para a reunião de eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Negócios Municipais para a terceira e quarta Sessões Legislativas da Décima Oitava Legislatura, a ser realizada no dia 07 de fevereiro de 2017, às 12h (doze horas), na sala do Plenarinho II, localizado no Anexo VI ao Palácio Joaquim Nabuco desta Assembleia Legislativa.

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

Sala da Comissão de Negócios Municipais

DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO
No Exercício da Presidência

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 117, §2º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os/as Deputados/as: EDILSON SILVA (PSOL), EDUÍNO BRITO (PP), GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB), SIMONE SANTANA (PSB), membros titulares, e, na ausência destes, os deputados suplentes: ADALTO SANTOS (PSB), BISPO OSSÉSIO SILVA (PRB), CLODOALDO MAGALHÃES (PSB), JOÃO EUDES (PDT) e SÍLVIO COSTA FILHO (PRB), para comparecerem à reunião de eleição do/a Presidente/a e vice-presidente/a, da Comissão de Educação e Cultura a ser realizada às 10h30 (dez horas e trinta minutos) do dia 08 de fevereiro (quarta-feira) do corrente ano, no Plenarinho II, do Anexo VI, ao Palácio Joaquim Nabuco.

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

Deputada Teresa Leitão

COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Com base nos termos do artigo 103, §1º, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o DEPUTADO BETO ACCIOLY (PSL), Convoca os Deputados: DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA (PRB), DEPUTADO GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB), DEPUTADO JOEL DA HARPA (PTN), DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO (PP), DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO (PSDB), DEPUTADO TERESA LEITÃO (PT), DEPUTADO TONY GEL (PMDB), DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA (PSB) E DEPUTADO PAULINHO TOMÉ (PT), para comparecerem à reunião extraordinária com a finalidade de proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado Técnico, a ser realizada às nove horas e quarenta minutos (9:40 h), do dia 07 de fevereiro de 2017, na Sala de Reuniões do Gabinete 505, localizada no 5º andar do edifício João Negromonte, à Rua da União, 397, Anexo I, do Palácio Joaquim Nabuco.

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

BETO ACCIOLY
Deputado

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 117, §2º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: HENRIQUE QUEIROZ (PR), JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI (PTB), LAURA GOMES (PSB) e SOCORRO PIMENTEL (PSL), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes ALUISIO LESSA (PSB), EDILSON SILVA (PSOL), JÚLIO CAVALCANTI (PTB), LUCAS RAMOS (PSB) e ROMÁRIO DIAS (PSD), para a reunião de eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente para o segundo Biênio fevereiro/2017 a janeiro/2019 da Décima Oitava Legislatura, a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2017, às 10h (dez horas), no Plenarinho II, do anexo VI deste Poder Legislativo.

RECIFE, 3 DE fevereiro DE 2017.

Deputado Zé Mauricio

§ 4º Na ocasião da promoção, inclusive em razão da transferência para a inatividade, os Militares do Estado serão enquadrados na faixa "A" do posto ou graduação subsequente.

§ 5º O ingresso na carreira de Praça dar-se-á, invariavelmente, na respectiva faixa vencimental "A" de soldo, nela permanecendo até o cumprimento do devido estágio probatório.

Art. 2º Em 1º de abril de 2018, os Militares do Estado em efetivo exercício, exceto os revertidos, e que não tenham acumulado mais de 30 (trinta) dias de prisão nos 12 (doze) meses antecedentes farão jus à progressão no respectivo posto ou graduação, da seguinte forma:

I - Tenente Coronel: 1(uma) faixa vencimental;

II - Major, Capitão, Primeiro Tenente e Segundo Tenente: 2 (duas) faixas vencimentais;

III - Primeiro Sargento: 1(uma) faixa vencimental; e

IV - Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e Soldado: 2 (duas) faixas vencimentais.

Art. 3º Em 1º de dezembro de 2018, os Militares do Estado em efetivo exercício, exceto os revertidos, e que não tenham acumulado mais de 30 (trinta) dias de prisão nos 12 (doze) meses antecedentes farão jus à progressão no respectivo posto ou graduação, da seguinte forma:

I - Major, Capitão, Primeiro Tenente e Segundo Tenente: 1 (uma) faixa vencimental; e

II - Segundo Sargento, Terceiro Sargento, Cabo e Soldado: 1 (uma) faixa vencimental.

Art. 4º A partir do exercício de 2019, os Militares do Estado em efetivo exercício, exceto os revertidos, que não houverem alcançado a faixa final do seu respectivo posto ou graduação, poderão progredir 1 (uma) faixa vencimental, no período avaliativo descrito no parágrafo único, desde que não tenham acumulado mais de 30 (trinta) dias de prisão nos 12 (doze) meses antecedentes.

Parágrafo único. A partir do exercício de 2019, os ciclos avaliativos, para efeito da progressão a que se refere o *caput*, compreenderão os meses de janeiro a dezembro de cada exercício, e seus eventuais efeitos financeiros dar-se-ão sempre no mês subsequente ao final do referido período.

Art. 5º A parcela remuneratória instituída pelo § 1º do art. 21 da Lei Complementar nº 59, de 2004, fica redenominada Parcela Complementar de Nível Hierárquico, e seus respectivos valores passam a ser de:

I - R\$ 2.097,00 (dois mil e noventa e sete reais) a partir de 1º maio de 2017;

II - R\$ 1.232,66 (um mil, duzentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos) a partir de 1º de abril de 2018; e

III - R\$ 3.662,00 (três mil, seiscentos e sessenta e dois reais) a partir de 1º de dezembro de 2018.

Art. 6º Os valores nominais do soldo do Aspirante Oficial, de que trata o Anexo "I – B" da Lei Complementar nº 59, de 2004, passam a ser os seguintes, nas respectivas datas indicadas:

I - R\$ 7.895,41 (sete mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos) a partir de 1º maio de 2017;

II - R\$ 8.576,58 (oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) a partir de 1º de abril de 2018; e

III - R\$ 8.915,28 (oito mil, novecentos e quinze reais e vinte e oito centavos) a partir de 1º de dezembro de 2018.

Art. 7º Decreto do Poder Executivo poderá editar normas complementares ao cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

GRADE REMUNERATÓRIA DO SOLDADO DOS MILITARES EM MAIO DE 2017 - VALORES (R\$)

FAIXA	A	B	C	D	E
CORONEL	17.953,00				
TENENTE CORONEL	14.320,00	14.820,50	15.321,00	_____	_____
MAJOR	12.559,88	12.603,99	12.626,05	12.670,16	12.780,44
CAPITÃO	10.435,00	10.532,69	10.581,54	10.679,23	10.923,45
PRIMEIRO TENENTE	9.582,00	9.633,79	9.659,69	9.711,48	9.840,95
SEGUNDO TENENTE	9.007,56	9.096,65	9.141,19	9.230,28	9.453,00
SUBTENENTE	6.783,26				
PRIMEIRO SARGENTO	5.721,32	5.865,66	6.010,00	_____	_____
SEGUNDO SARGENTO	5.308,52	5.390,63	5.431,69	5.513,80	5.719,09
TERCEIRO SARGENTO	4.672,12	4.698,89	4.712,27	4.739,04	4.805,96
CABO	4.069,85	4.115,65	4.138,55	4.184,35	4.298,85
SOLDADO	2.819,88	3.549,68	3.654,78	3.724,84	3.900,00

ANEXO II

GRADE REMUNERATÓRIA DO SOLDADO DOS MILITARES EM ABRIL 2018 - VALORES (R\$)

FAIXA	A	B	C	D	E
CORONEL	22.365,77				
TENENTE CORONEL	14.875,26	15.512,13	16.149,00	_____	_____
MAJOR	12.559,88	12.603,99	12.626,05	12.670,16	12.780,44
CAPITÃO	10.435,00	10.532,69	10.581,54	10.679,23	10.923,45
PRIMEIRO TENENTE	9.582,00	9.633,79	9.659,69	9.711,48	9.840,95
SEGUNDO TENENTE	9.007,56	9.096,65	9.141,19	9.230,28	9.453,00
SUBTENENTE	8.145,60				
PRIMEIRO SARGENTO	6.005,04	6.433,97	6.862,90	_____	_____
SEGUNDO SARGENTO	5.308,52	5.390,63	5.431,69	5.513,80	5.719,09
TERCEIRO SARGENTO	4.672,12	4.698,89	4.712,27	4.739,04	4.805,96
CABO	4.069,85	4.115,65	4.138,55	4.184,35	4.298,85
SOLDADO	2.819,88	3.549,68	3.654,78	3.724,84	3.900,00

ANEXO III

GRADE REMUNERATÓRIA DO SOLDADO DOS MILITARES EM DEZEMBRO 2018 - VALORES (R\$)

FAIXA	A	B	C	D	E
CORONEL	23.238,00				
TENENTE CORONEL	14.875,26	16.012,13	17.149,00	_____	_____
MAJOR	12.559,88	12.870,09	13.025,20	13.335,42	14.110,95
CAPITÃO	10.435,00	10.713,92	10.853,38	11.132,31	11.829,61
PRIMEIRO TENENTE	9.582,00	9.676,11	9.723,16	9.817,27	10.052,53
SEGUNDO TENENTE	9.007,56	9.096,65	9.141,19	9.230,28	9.453,00
SUBTENENTE	8.823,00				
PRIMEIRO SARGENTO	6.050,36	6.433,97	6.862,90	_____	_____
SEGUNDO SARGENTO	5.308,52	5.448,65	5.518,72	5.658,86	6.009,19
TERCEIRO SARGENTO	4.672,12	4.783,29	4.838,88	4.950,05	5.227,98
CABO	4.150,00	4.169,64	4.219,54	4.319,33	4.568,80
SOLDADO	2.819,88	3.549,68	3.654,78	3.724,84	4.104,88

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 6 de fevereiro de 2017.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Projetos

Projeto de Lei Ordinária Nº 1161/2017

Ementa: Torna obrigatória a contratação de vigilância armada 24 horas nas Agências Bancárias Públicas e Privadas e nas Cooperativas de Crédito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica obrigatória a contratação de vigilância armada, de forma ininterrupta, nas Agências Bancárias Públicas e Privadas e nas Cooperativas de Crédito do Estado de Pernambuco, inclusive nos finais de semana e feriados.

§ 1º Os vigilantes de que tratam o *caput* deste artigo deverão permanecer no interior da instituição bancária, em local seguro para que possam proteger, de posse do botão de pânico, terminal telefônico para possível acionamento rápido policial e um dispositivo para acionar uma sirene de alto volume na área externa da agência bancária, chamando a atenção de transeuntes e afastando delinquentes, de forma preventiva a cada acionamento.

§ 2º O botão de pânico, citado no parágrafo anterior, deverá ser conectado à sala de operação de Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Conceitua-se vigilante, aqueles profissionais adequadamente preparados, com curso de formação para o exercício deste ofício, devidamente regulamentado pela legislação pertinente.

Art. 3º O descumprimento do disposto na presente Lei acarretará ao estabelecimento infrator uma multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com aplicação em dobro no caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implantação do disposto na presente Lei e determinará o órgão responsável pelas providências administrativas e de fiscalização.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após 90 dias da data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por finalidade estabelecer a obrigatoriedade da manutenção de serviços de segurança privada prestados por profissionais desta área, de forma ininterrupta, nas áreas destinadas aos caixas eletrônicos das Instituições Financeiras ou de Crédito.

A fragilidade do sistema de segurança bancária, especialmente no que diz respeito à preservação da vida e da saúde, expõe os bancários, seus familiares, clientes e transeuntes das proximidades a risco de morte e de sequelas que refletirão na saúde física e mental das vítimas da violência ou, em caso de morte, das suas famílias.

Este tipo de crime costuma ocorrer de madrugada ou nos finais de semana, expondo os clientes que se utilizam destes serviços, nestes momentos, a riscos desnecessários uma vez que a segurança dos caixas eletrônicos, realizada com câmeras e alarmes têm se relevado ineficientes.

Deste modo, faz-se necessário o estabelecimento de uma política de normas e rotinas de segurança que valorize a vida e a proteção dos cidadãos, respeitando e preservação a integridade física das pessoas e a manutenção do patrimônio da instituição financeira.

Diante do exposto, submetemos este projeto de lei a apreciação desta Casa Legislativa, contando com a colaboração de todos os parlamentares para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Rodrigo Novaes
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária Nº 1162/2017

Ementa: Dispõe sobre informações de combate à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) em lanchonetes, bares e restaurantes localizados em Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Torna obrigatória a afixação de cartaz como também a reserva de espaço nos cardápios em lanchonetes, bares e restaurante localizados em Pernambuco, sobre os males provocados pela Síndrome Alcoólica Fetal (SAF), ocasionada por mulher que ingere bebida alcoólica durante a gestação.

Art. 2º O cartaz exigido no art. 1º deve ser afixado em local visível e conter fonte não menor que "16", devendo conter a seguinte frase: "Atenção Gestante: o álcool contido em qualquer tipo de bebida alcoólica, seja em cervejas, vinhos, drinques com frutas, entre outros, passa facilmente através da placenta para o feto, interferindo no desenvolvimento físico, mental e comportamental da criança".

Art. 3º Nos cardápios de bares e restaurante deve conter a seguinte mensagem: "Atenção Gestante: ingerir bebida alcoólica interfere no desenvolvimento físico, mental e comportamental da criança".

Art. 4º Serão aplicadas as seguintes sanções para o estabelecimento que descumprir o disposto desta Lei:

I - advertência por escrito de órgão competente designado pelo poder público;

II - multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na primeira reincidência, após comprovação;

III - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) na segunda reincidência, após comprovação;

IV - a partir da terceira reincidência, multiplica-se por três o valor aplicado no inciso anterior.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

De acordo com estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS), 12 mil bebês nascem com a Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) por ano. A Organização Não Governamental The National Organization on Fetal Alcohol Syndrome (NOFAS) apresentou uma pesquisa em que cerca de 40 mil crianças por ano em todo o mundo sofrem de SAF, número que supera doenças como Síndrome de Down e Distrofia Muscular.

É importante salientar que o álcool contido em qualquer tipo de bebida alcoólica, seja em cervejas, vinhos, drinques com frutas, entre outros, passam facilmente através da placenta para o feto, interferindo no desenvolvimento físico, mental e comportamental da criança. Os bebês que nascem com SAF têm deformações faciais, podem nascer com baixo peso, ter retardo mental, problemas na motricidade, na aprendizagem, memória, fala e audição. Sem contar os problemas na escola e de relacionamentos, quando crianças e adolescentes.

Não existe quantidade segura de bebida alcoólica usada durante a gravidez que garanta que o bebê não será afetado. Logicamente que quanto maior a quantidade maior o risco. O alcoolismo na gravidez associa-se às más condições socioeconômicas, nível educacional baixo, multiparidade, idade acima dos 25 anos e, concomitantemente, encontram-se desnutrição, doenças infecciosas e uso de outras drogas. Aproximadamente 55% das mulheres adultas grávidas consomem bebidas alcoólicas, dentre as quais 6% são classificadas como alcoolistas.

Desta forma, o principal objetivo desta propositura é obrigar os estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas a afixarem cartaz e reservar espaço nos cardápios com informações sobre a Síndrome Alcoólica Fetal – SAF, possibilitando a conscientização da população da necessidade da prevenção dessa síndrome.

Ante o exposto e ciente de que a proposta trará relevantes informações a todas as futuras grávidas de nosso Estado, solicito dos meus ilustres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Odacy Amorim
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 12ª e 14ª Comissões.

Projeto de Resolução. N° 1163/2017

Medalha do Mérito Democrático e Popular Frei Caneca

Ementa: Concede a Medalha do Mérito Democrático e Popular Frei Caneca, a Fundação Terra.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido a Fundação Terra, Medalha Frei Caneca, nos termos que dispõe a Resolução nº 855 de 28 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Fundação Terra é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atua desde 1984, em uma comunidade localizada na periferia de Arcoverde, no Sertão pernambucano, conhecida como Rua do Lixo. O local recebeu esta denominação popular por estar situada no entorno de um antigo depósito de resíduos sólidos existente naquela região.

A Fundação Terra nasceu nessa comunidade com o intuito de resgatar, literalmente, do lixo, homens, mulheres e crianças, identificados pelo Padre Airton Freire de Lima, criador da entidade, como o "suprassumo da miséria da cidade de Arcoverde".

Os projetos desenvolvidos pela Fundação Terra abrangem ações voltadas para a área social, o incentivo cultural, a promoção da saúde e da educação. Na saúde, se destaca o projeto Mens Sana, primeiro centro de reabilitação física, auditiva, visual e intelectual do Brasil credenciado pelo SUS. A iniciativa exerceu grande impacto no atendimento das crianças nascidas com a síndrome neurológica associada ao Zika vírus naquela região.

A entidade também forma as crianças da localidade na educação infantil, educação básica e educação complementar. Além disso, há formação profissional para os jovens da região.

Ao todo, são desenvolvidos 29 projetos sociais que beneficiam, por mês, cerca de 2.400 famílias carentes. Todas as ações são custeadas por meio de doações de pessoas físicas e empresas solidárias.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Simone Santana
Deputada

Aluísio Lessa, Álvaro Porto, Antônio Moraes, Claudiano Martins Filho, Dr. Valdi, Edilson Silva, Eduíno Brito, Jadeval de Lima, João Eudes, Joaquim Lira, Joel da Harpa, Julio Cavalcanti, Laura Gomes, Lucas Ramos, Odacy Amorim, Paulinho Tomé, Pedro Serafim Neto, Priscila Krause, Ricardo Costa, Roberta Arraes, Rodrigo Novaes, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Terezinha Nunes, Tony Gel, Waldemar Borges, Zé Maurício.

À Mesa Diretora.

Projeto de Lei Ordinária N° 1164/2017

Ementa: Dispõe sobre instalação de mecanismo de alerta no painel luminoso em caso de assalto no interior de ônibus de transporte coletivo de passageiros intermunicipal.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º Todas as empresas concessionárias ou permissionárias do transporte público coletivo de passageiros intermunicipal com atuação no Estado de Pernambuco, ficam obrigadas a instalarem mecanismo de aviso de fácil acesso aos motoristas bem como aos cobradores, com o fim de avisar no painel luminoso alerta em caso de assalto no interior de veículo.

§ 1º O sistema de alerta luminosa visual do ônibus de transporte intermunicipal de passageiros será composto por luzes tipo strobo automotivo, rotativo ou não, nas cores azul, verde ou branca, que serão instalados na lataria dos ônibus longe das luzes de sinalização.

§ 2º Haverá também no letreiro, quando acionado pelo motorista e/ou cobrador a mensagem informando "Socorro Assalto 190".

Art. 2º As empresas de transporte coletivo, permissionárias do Estado de Pernambuco, disporão, a partir de publicação de presente lei, do prazo de 90 (noventa) dias para se adequarem ao estabelecido.

Art. 3º O não cumprimento do previsto na presente lei implicará em multa diária e por veículo de 1.000 (mil), sendo a reincidência passiva de cassação da concessão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Investir em segurança é um dever do Estado perante a sociedade, buscando coibir ou prevenir através de meios que contribuam efetivamente para a melhoria da segurança. A cada dia nos deparamos cada vez mais com notícias de assaltos no interior de ônibus coletivos, causando uma insegurança para aqueles necessitados do meio de transporte diário.

Pessoas estas que ficam imunes a violência hoje alarmante no nosso Estado. Infelizmente essa prática criminosa de assaltos no interior de ônibus coletivo vem aumentando a cada dia, e diante disso, o presente projeto visa aumentar a segurança dos passageiros de linhas intermunicipal, instalando para tanto um botão que seja acionado pelo motorista e ou cobrador numa situação de assalto, criando um sistema a ser percebido por terceiros e autoridades para os acontecimentos dos veículos com mensagens no letreiro e luzes alerta.

Diante do exposto e levando em consideração a importância da temática tratada, peço aos meus nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Joel da Harpa
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1165/2017

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo de Pernambuco divulgar no seu site institucional a localização de todos os radares eletrônicos de fiscalização, e os respectivos limites de velocidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º A administração pública estadual fica obrigada a manter disponível em seu *site* institucional uma relação com radares fixos de fiscalização de velocidade em todo o Estado contendo a localização, o horário de funcionamento e o limite de velocidade de cada um.

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 117, § 2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados Titulares: André Ferreira (PSC), Bispo Ossésio Silva (PRB), Laura Gomes (PSB) e Pastor Cleiton Collins (PP) e os Deputados Suplentes: Adalto Santos (PSB), Isaltino Nascimento (PSB), Odacy Amorim (PT), Socorro Pimentel (PSL) e Terezinha Nunes (PSDB), para se fazerem presentes à Reunião Extraordinária nº 01, a ser realizada no dia 08 de fevereiro de 2017 às 11h00min, no Plenarinho II, Anexo VI, da Alepe.

Assunto: Eleição de Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado Técnico

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

Edilson Silva
Deputado

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do Art. 117, §2º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os deputados: JOÃO EUDES (PDT), JOEL DA HARPA (PTN), JÚLIO CAVALCANTI (PTB) e RICARDO COSTA (PMDB), membros titulares, e na ausência destes, os suplentes: JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI (PTB), PAULINHO TOMÉ (PT), PEDRO SERAFIM NETO (PDT), SIMONE SANTANA (PSB) e WALDEMAR BORGES (PSB) para reunião de eleição do Presidente e do Vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo para a terceira e quarta sessões legislativas da décima oitava legislatura, a ser realizada às 11h (onze horas) do dia 07 de fevereiro de 2017 (terça-feira), no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco.

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

ALUÍSIO LESSA
Deputado Estadual

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 117, §1º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, as (os) Deputadas (os): LAURA GOMES (PSB), PRISCILA KRAUSE (DEM), TERESA LEITÃO (PT), TEREZINHA NUNES (PSDB) como membros titulares, e nas ausências destes, os suplentes ALUÍSIO LESSA (PSB), EDILSON SILVA (PSOL), ROBERTA ARRAES (PSB), SOCORRO PIMENTEL (PSL), WALDEMAR BORGES (PSB) para a reunião de eleição da(o) Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para a terceira e quarta Sessões Legislativas da Décima Oitava Legislatura, a ser realizada às 11h00 (onze horas) do dia 07 de fevereiro (terça-feira) do corrente ano, no Plenário, localizado à Rua da Aurora, 631, Boa Vista, Recife/PE.

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

SIMONE SANTANA
DEPUTADA ESTADUAL

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Com base nos termos do artigo 103, §1º, inciso II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o DEPUTADO FRANCISMAR PONTES (PSB), Convoca os Deputados: DEPUTADO AUGUSTO CESAR (PTB), DEPUTADO EVERALDO CABRAL (PP), DEPUTADO JADEVAL DE LIMA (PDT), DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO (PRB), DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA (PRB), DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO (PSDB), DEPUTADO DR VALDIR (PP), DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ (PR) E DEPUTADO PAULINHO TOMÉ (PT), para comparecerem à reunião extraordinária com a finalidade de proceder à eleição do Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado Técnico, a ser realizada às nove horas (9:00h), do dia 07 de fevereiro de 2017, na Sala de Reuniões do Gabinete 505, localizada no 5º andar do edifício João Negromonte, à Rua da União, 397, Anexo I, do Palácio Joaquim Nabuco.

RECIFE, 6 DE fevereiro DE 2017.

Deputado Francismar Pontes

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCO, NOS TERMOS DO ART. 117, §2º, DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, OS DEPUTADOS CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), ODACY AMORIM (PT), PAULINHO TOMÉ (PT), ROBERTA ARRAES (PSB) E RODRIGO NOVAES (PSD), MEMBROS TITULARES, BEM COMO OS SUPLENTES ANTÔNIO MORAES (PSDB), HENRIQUE QUEIROZ (PR), JOAQUIM LIRA (PSD), JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI (PTB) E SOCORRO PIMENTEL (PSL), PARA SE FAZEREM PRESENTES NA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DESTA COMISSÃO TÉCNICA A SER REALIZADA ÀS ONZE HORAS DO DIA 7 (SETE) DE FEVEREIRO DE 2017, NO RECINTO DO PLENARINHO II.

RECIFE, 06 DE FEVEREIRO DE 2017.

DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO (PDT)
Presidente em exercício

Parágrafo único. Entende-se por “radares fixos” os equipamentos redutores, lombadas eletrônicas ou controladores de velocidade instalados de maneira permanente.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplicar-se-á a quaisquer radares que vierem a ser utilizados pelo Estado.

Art. 3º Os dados deverão ser fornecidos aos setores responsáveis pela manutenção de conteúdo do *site*, para que as informações sejam atualizadas na internet com, ao menos, quinze dias de antecedência da instalação dos radares.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

A matéria que estamos enviando para apreciação da Casa visa o direito a transparência dos órgãos de fiscalização de trânsito. O PLO vem sustentado na Constituição Federal que assegura o direito a informação, ao passo que deve todo e qualquer órgão público promover a divulgação irrestrita do que é interesse particular do cidadão e coletivo. É inegável a importância da implantação de equipamentos medidores de velocidade nas rodovias públicas que tem por objetivo a redução de índices de acidentes muitas vezes de extrema gravidade.

Se por um lado os radares têm caráter eminentemente educativo e não punitivo, não possuindo função arrecadatória, mas sim a de evitar acidentes de trânsito, por outro lado a divulgação de sua localização permitirá maior atenção dos motoristas além de, evidentemente, evitar penalizações, diminuindo não só as multas, mas principalmente os acidentes. A presença de radares destinados a fiscalização de velocidade inibe a prática de infrações de trânsito nas rodovias, contribuindo para a prevenção de vítimas. Portanto, não se questiona a instalação de radares, mas a ausência de divulgação que advirta os motoristas sobre a presença desses equipamentos.

A aprovação deste projeto favorecerá toda a população, tanto pedestres quanto motoristas, haja vista que a irrestrita divulgação dessas informações permitirá que os motoristas tenham uma direção ainda mais cautelosa e defensiva, principalmente nos trechos com tais radares, pois se ali estão é porque essas áreas têm alto índice de acidentes. Será evitada, assim, a ocorrência de mais tragédias. Em vista da relevância da matéria e da inexistência de caráter oneroso, conto com o apoio dos Nobres Deputados para a sua rápida aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª , 10ª e 11ª Comissões.

Indicações

Indicação N° 5763/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Jataúba, **Sr. Antônio Cordeiro do Nascimento**, ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho**, e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia**, no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Jataúba, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Antônio Cordeiro do Nascimento, Prefeito de Jataúba; Ev. Odilom Romão da Silva, Evangelista.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde. Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública. Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.
Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5764/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Barreiros, **Sr. Elimário de Melo Farias**, ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho**, e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia**, no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Barreiros, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Elimário de Melo Farias, Prefeito de Barreiros; Pr. Marcos Antônio, Pastor.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde. Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública. Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.
Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5765/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Ribeirão, **Sr. Marcello Cavalcanti de Petribú de Albuquerque**, ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho**, e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia**, no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Ribeirão, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Marcello Cavalcanti de Petribú de Albuquerque, Prefeito de Ribeirão; Pr. Daniel José da Silva, Pastor.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde. Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública.

Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente.

No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5766/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado APELO ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, no sentido de determinar a criação de um “Gabinete de Crise”, composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade Civil em um esforço colaborativo emergencial com o objetivo de buscar soluções para frear a escalada de violência pela qual passa o Estado de Pernambuco.

Justificativa

A sociedade pernambucana assiste, estarrecida, à escalada da violência que vem tomando conta do Estado desde o ano passado. A sensação de impunidade e de ausência do Governo é reforçada, simbolicamente, pelo grande número de assaltos a agências bancárias e a caixas-eletrônicos que, nos últimos tempos, dominam os noticiários, colocam em risco e assustam, sensivelmente, a população do interior de Pernambuco. Nesses 37 primeiros dias do ano de 2017, já foram registradas as explosões de 17 agências bancárias. Nas últimas semanas, Camutanga, Bonito, São Vicente Férrer e Ipojuca encorporaram essas estatísticas.

Aliás, em todos esses casos, chama a atenção a ousadia dos criminosos. Na ocorrência mais recente, da explosão de agências bancárias em Porto de Galinhas, principal destino turístico de Pernambuco, vale frisar, uma parte da quadrilha formada por 15 bandidos fortemente armados, durante o assalto ocupou-se de sitiar a Delegacia da cidade, metralhando a sua fachada e viaturas - enquanto os demais ocupavam-se da explosão dos caixas-eletrônicos - colgando em risco a vida dos funcionários públicos que ali estavam e de toda a população e turistas que por acaso estivessem passando pelo local. Além disso os bandidos efetuaram disparos em outros locais do município, investiram contra uma pousada e ainda espalharam grampos na estrada para impedir a perseguição por parte da Polícia.

Fato que vem se repetindo com constância alarmante são os assaltos a ônibus no Estado. Até outubro de 2016 haviam sido registrados, em Pernambuco, o preocupante número de 1.033 assaltos a coletivos, enquanto que em todo o ano de 2015 esse número foi de 704 ocorrências, sem levar em consideração a sub-notificação. Apesar de esforços pontuais do Governo do Estado para frear esse tipo de violência, como a possibilidade de denúncia via celular, começamos o ano de 2017 com o registro de um fato notório; entre os dias 03 e 04 de janeiro deste ano, ou seja, num período de 24 horas, foram registrados um total de 14 assaltos a ônibus apenas no Recife. O clima de insegurança é geral e constante entre os usuários do sistema público de transporte que não enxergam uma solução próxima para a situação.

Outro crime que apresentou preocupante escalada no ano de 2016 foi o de homicídio, com um acréscimo de 13% em relação ao ano anterior. Entre janeiro e novembro de 2015 foram registrados 3.541 homicídios, enquanto que no mesmo período de 2016 o registro foi de 4.007 homicídios. Ambos os números já causariam espanto por si só, mas a evidente crescente nos valores causa ainda mais preocupação à sociedade. A realidade do Estado nos coloca na contra-mão do Pacto Pela Vida que estabelece uma meta anual de redução de 12% no número de crimes violentos contra a vida.

Também o roubo a cargas sofreu um considerável aumento no ano de 2016. Em matéria veiculada pelo Jornal do Comercio ficou demonstrado que entre os dias 1º de janeiro e 30 de junho daquele ano foram roubados mais de R\$ 15 milhões em cargas no Estado de Pernambuco e o número de ocorrências representa um aumento de 75% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O que estamos vivendo em Pernambuco, evidentemente, é um período de crise na segurança, caracterizado por números que fogem à situação rotineira do Estado e que acarretam uma possibilidade de agravamento conjuntural, que pode inclusive vir a se manifestar, para além dos atos já noticiados, através de motins nos presídios, bloqueios de estradas e outras ocorrências de vulto. Tanto o caráter organizacional dos grupos que estão agindo no Estado quanto a anormalidade dos números registrados e a estrondosa violência com a qual os crimes estão sendo praticados exigem do Poder Público atividades imediatas de gerenciamento de crise, tomando decisões estratégicas para, dentro do permissivo legislativo, elaborar estratégias de antecipação, prevenção e repressão das atividades criminosas, visando reestabelecer a ordem pública e devolver o Estado a uma situação de normalidade. É justamente a necessidade de tomada dessas decisões de política criminal que justificam a criação do Gabinete de Crise a que se refere esta Indicação, não obstante os grupos de trabalho já existentes por conta do Programa Pacto Pela Vida.

Apelo, portanto, à sensibilidade do Governador no sentido de reconhecer a importância e a valiosa contribuição que não só esta Casa, mas também a Sociedade Civil podem dar ao enfrentamento da crise de violência, discutindo soluções e oferecendo força de trabalho para ajudar o Governo do Estado a devolver Pernambuco à sua normalidade. A criação do Gabinete de Crise, ao nosso ver, é medida essencial que irá auxiliar o Estado a se organizar para enfrentar os criminosos responsáveis não só pelos crimes elencados nesta Indicação a título de exemplo mas por todas as formas de violência que acometem Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Priscila Krause
Deputada

Indicação N° 5767/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Goiana, **Sr. Mário Gomes Flor Filho**, ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho**, e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia**, no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Goiana, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D’Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Mário Gomes Flor Filho, Prefeito de Goiana; Pr. Anísio Francisco da Silva, Pastor.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde. Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública. Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.
Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5768/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Limoeiro, **Sr. João Luís Ferreira Filho**, ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior**, e por fim ao Secretário Municipal de Saúde, **Sr. Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima**, no sentido de implementar campanhas de conscientização e incentivo à doação de sangue, no município de Limoeiro, com o objetivo único de suprir a necessidade de estoque sanguíneo.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Sr. João Luís Ferreira Filho, Prefeito de Limoeiro; Sr. Orlando Jorge Pereira de Andrade Lima, Secretário Municipal de Saúde; Pr. Samuel Guerra, Pastor.

Justificativa

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem seu **sangue** coletado para armazenamento em um **banco de sangue** ou hemocentro para um uso subsequente em uma **transfusão de sangue**. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um **hospital** ou centro de saúde

Doar sangue é um procedimento simples, rápido, sigiloso e seguro. Para o doador em geral não há riscos. Os componentes do sangue doado são rapidamente repostos pelo organismo, e o normal é não haver qualquer consequência da doação. Todos os procedimentos médicos que demandam transfusão de sangue precisam dispor de um fornecimento regular e seguro deste elemento. Daí a importância de se manter sempre abastecidos os bancos de sangue por meio das doações.

Atualmente apenas 1,8 % da população brasileira é doadora, os estoques do SUS e dos Hemocentros estão no limite, inclusive no estado de Pernambuco inclusive cirurgias começam a ser desmarcadas devido a baixa na quantidade de bolsas.

Além de reforçar a importância da doação de sangue, é preciso sensibilizar novos doadores e fidelizar os que já existem.

No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar as condições da saúde pública no Estado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5769/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Palmares, **Sr. Altair Bezerra da Silva Júnior**, ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior**, no sentido de implementar campanhas de conscientização e incentivo à doação de sangue, no município de Palmares, com o objetivo único de suprir a necessidade de estoque sanguíneo.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Sr. Altair Bezerra da Silva Júnior, Prefeito de Palmares; Pr. Heleno Sebastião da Silva, Pastor.

Justificativa

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem seu **sangue** coletado para armazenamento em um **banco de sangue** ou hemocentro para um uso subsequente em uma **transfusão de sangue**. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um **hospital** ou centro de saúde

Doar sangue é um procedimento simples, rápido, sigiloso e seguro. Para o doador em geral não há riscos. Os componentes do sangue doado são rapidamente repostos pelo organismo, e o normal é não haver qualquer consequência da doação.

Todos os procedimentos médicos que demandam transfusão de sangue precisam dispor de um fornecimento regular e seguro deste elemento. Daí a importância de se manter sempre abastecidos os bancos de sangue por meio das doações.

Atualmente apenas 1,8 % da população brasileira é doadora, os estoques do SUS e dos Hemocentros estão no limite, inclusive no estado de Pernambuco inclusive cirurgias começam a ser desmarcadas devido a baixa na quantidade de bolsas.

Além de reforçar a importância da doação de sangue, é preciso sensibilizar novos doadores e fidelizar os que já existem.

No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar as condições da saúde pública no Estado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5770/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Sertânia, **Sr. Ângelo Rafael Ferreira dos Santos**, ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior**, e por fim à Secretária Municipal de Saúde, **Sra. Mariana Araújo**, no sentido de promover ações de apoio e assistência às famílias com crianças portadoras de microcefalia, no município de Sertânia, com o objetivo único de melhorar a qualidade de vida das crianças portadoras da doença e suas famílias.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Sr. Ângelo Rafael Ferreira dos Santos, Prefeito de Sertânia; Sra. Mariana Araújo, Secretária Municipal de Saúde; Ev. Istênio José de Almeida, Evangelista.

Justificativa

O Ministério da Saúde confirmou recentemente a relação entre o **Zika vírus** e o surto de casos de microcefalia no nordeste do país. A atuação desse vírus no organismo humano causa a infecção do feto. Em análise inicial, o risco estava associado aos primeiros três meses de gravidez, mas em pesquisas recentes foi descoberto que o risco persiste mesmo após o nascimento da criança, por pelo menos cinco meses, se a mãe teve contato com o vírus durante a gestação.

Crianças com microcefalia têm problemas de desenvolvimento. Não há uma cura definitiva para a microcefalia, mas tratamentos realizados desde os primeiros anos melhoram o desenvolvimento e qualidade de vida. A microcefalia pode ser causada por uma série de problemas genéticos ou ambientais.

Tendo em vista a necessidade que essas crianças e suas famílias têm de apoio e assistência, os mesmos têm enfrentado transtornos em busca da reabilitação para as crianças com comprometimentos decorrentes da infecção pelo vírus. Além disso, pais que moram fora da capital pernambucana, reclamam da falta de transporte para trazer os filhos aos serviços de saúde no Recife.

Considerando o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada e que o município supracitado está entre os listados com ocorrências da doença. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5771/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Recife, Geraldo Julio, no sentido de instalar uma coberta na área social da Praça Fabio Correia, bem como a recuperação da calçada no entorno da Escola Estadual Dona Maria Tereza Correia, ambas no bairro do Alto José do Pinho.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Geraldo Julio, Prefeito da Cidade do Recife; Roberto Gusmão, presidente da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB; Norah Helena, presidente da Empresa de Urbanização do Recife - URB; Hamilton Brito, liderança comunitária.

Justificativa

Moradores do Alto José do Pinho reivindicam melhorias em locais estratégicos do bairro, onde são pontos de encontro dos amigos da localidade e em regiões circunvizinhas as instalações de escolas estaduais na área.

A primeira solicitação se dirige na determinação de providências junto à EMLURB, no sentido de executar a revitalização geral da Praça Fábio Correia, localizada no centro do Alto José do Pinho, a qual se constitui em importante instrumento de lazer da comunidade. A grande expectativa dos moradores da área, quanto à revitalização daquela praça, é que seja efetuada a cobertura do local onde os moradores costumam, esportivamente, disputar partidas amistosas de dominó, e realizar outros eventos de interesse geral. É fundamental ainda, a recuperação dos brinquedos e dos gradis que isola a área de lazer das crianças.

A segunda solicitação se dirige a determinação de providências junto a URB, no sentido de promover a recuperação da calçada da Rua Maragogi – CEP: 52210-120, no entorno da Escola Estadual Dona Maria Tereza Correia, onde foram retiradas diversas barracas pela Prefeitura do Recife, o que danificou consideravelmente a referida calçada. Trata-se de artéria de grande importância para o tráfego urbano e que se encontra intransitável, forçando a população a caminhar fora do espaço de pedestre, ou seja, no meio da rua, ocasionando frequentes e graves acidentes.

Portanto, solicito a aprovação desta indicação aos parlamentares que compõem esta Casa Legislativa, na certeza do total benefício aos moradores do Alto José do Pinho.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Waldemar Borges
Deputado

Indicação N° 5772/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um apelo ao Exmº. Sr. Governador do Estado, Dr. Paulo Câmara e ao Diretor Presidente da COMPESA, Sr. Roberto Cavalcanti Tavares, no sentido de garantir o abastecimento de água na Avenida Guararapes, nº 138, em Olinda/PE, pois a COMPESA cancelou o fornecimento e os moradores estão solicitando uma revisão nas instalações hidráulicas da rua.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) WINA JESUMARY MAGALHÃES, ..

Justificativa

Estamos submetendo a presente indicação de melhoria municipal visando beneficiar toda comunidade da Avenida Guararapes, em Olinda, no sentido de agilizar as medidas técnicas e administrativas para reparar o problema de abastecimento. Uma vez que os moradores de Olinda vem passando por dificuldades com a regularidade de abastecimento de água em suas respectivas residências. Assim sendo, tomamos a iniciativa de intermediá-la junto às entidades governamentais, pleiteando a solução do problema que vem se arrastando há alguns meses. Neste sentido, solicitamos de nossos pares a aprovação da indicação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Indicação N° 5773/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado APELO ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Recife, Geraldo Júlio, no sentido de promover o asfaltamento da Rua Rondonópolis, localizada no bairro do Barro, Recife-PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife; Patrícia Juliana Honorato, Liderança.

Justificativa

Chegou ao conhecimento deste gabinete a ausência de asfaltamento na Rua Rondonópolis, localizada no bairro do Barro, Recife-PE, situação que vem causado diversos transtornos aos moradores do local, que passam constantemente por dificuldades de locomoção. Diante dessa situação, apelamos à Prefeitura do Recife para que proceda ao asfaltamento da localidade.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5774/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, a Excelentíssima Senhora Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lúcia Melo, ao Ilustríssimo Senhor Gerente Regional da ANATEL em Pernambuco, Sérgio Alves Cavendish, ao Ilustríssimo Senhor Gerente de Relações Institucionais da OI, Frederico de Siqueira Filho, no sentido de viabilizar a instalação de uma torre de telefonia celular da operadora OI, no Distrito de Cuiambuca, Município de Gameleira-PE

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Lúcia Melo, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação; Sérgio Alves Cavendish, Gerente Regional da ANATEL em Pernambuco; Frederico de Siqueira Filho, Gerente de Relações Institucionais da OI; Veronica Maria de Oliveira, Prefeita de Gameleira; José Vieira Da Silva, Vice-prefeito de Gameleira; Vereador Sonildo Jose Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Gameleira; Adriano Carlos da Silva, Vereador; José Ednaldo Marinho, Vereador; Manoel Benedito, Pastor.

Justificativa

Atualmente os moradores deste Distrito se deslocam para outras localizadas onde existe sinal para poder utilizar os serviços da operadora OI, dificultando, portanto, a vida de todos que diariamente necessitam de comunicar-se, principalmente em situações de emergência. Diante do grande avanço tecnológico, uma das principais formas de comunicação é através da telefonia celular, por sua rapidez e eficácia, porém em algumas localidades do estado de Pernambuco, a exemplo do Distrito acima citado, ainda existe uma grande deficiência na realização desses serviços. Preocupados com a resolução desses transtornos, solicitamos a implantação de uma Torre de telefonia móvel celular da operadora supramencionada, com a máxima urgência para atender toda a população desta localidade e que as mesmas possam usufruir desses serviços. Diante do exposto, considerando a relevância do objeto desta proposição, já que vem afetando milhares de pessoas, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação, em resposta a uma reivindicação da população daquele município.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5775/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, a Excelentíssima Senhora Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, Lúcia Melo, ao Ilustríssimo Senhor Gerente Regional da ANATEL em Pernambuco, Sérgio Alves Cavendish, ao Ilustríssimo Senhor Gerente de Relações Institucionais da OI, Frederico de Siqueira Filho, no sentido de viabilizar a instalação de uma torre de telefonia celular da operadora OI, no Distrito de José da Costa, Município de Gameleira-PE

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sérgio Alves Cavendish, Gerente Regional da ANATEL em Pernambuco; Frederico de Siqueira Filho, Gerente de Relações Institucionais da OI; Lúcia Melo, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação; José Vieira Da Silva, Vice-prefeito de Gameleira; Vereador Sonildo José Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Gameleira; Adriano Carlos da Silva, Vereador; José Ednaldo Marinho, Vereador; Manoel Benedito, Pastor.

Justificativa

Atualmente os moradores deste Distrito se deslocam para outras localizadas onde existe sinal para poder utilizar os serviços da operadora OI, dificultando, portanto, a vida de todos que diariamente necessitam de comunicar-se, principalmente em situações de emergência. Diante do grande avanço tecnológico, uma das principais formas de comunicação é através da telefonia celular, por sua rapidez e eficácia, porém em algumas localidades do estado de Pernambuco, a exemplo do Distrito acima citado, ainda existe uma grande deficiência na realização desses serviços. Preocupados com a resolução desses transtornos, solicitamos a implantação de uma Torre de telefonia móvel celular da operadora supramencionada, com a máxima urgência para atender toda a população desta localidade e que as mesmas possam usufruir desses serviços. Diante do exposto, considerando a relevância do objeto desta proposição, já que vem afetando milhares de pessoas, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente indicação, em resposta a uma reivindicação da população daquele município.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5776/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Água Preta- PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Fernanda Carla Ferreira dos Santos., Vereadora de Água Preta; Eduardo Passos Coutinho Correa de Oliveira, Prefeito de Água Preta-PE.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.

Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5777/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Gameleira-PE. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Verônica Maria de Oliveira, Prefeita de Gameleira-PE; Exmo. Sr.Adiê Bezerra Leite, Vereador de Gameleira.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.

Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5778/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Caetés-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Armando Duarte de Almeida, Prefeito de Caetés-PE; Exmo. Sr. José Inaldo da Silva, Vereador de Caetés.

Justificativa
<p>Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.</p> <p>Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.</p> <p>Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.</p>
Eriberto Medeiros Deputado

Indicação N° 5779/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado, **Nilton Mota**, no sentido de incluir nas metas da Atividade: Inspeção, Fiscalização e Defesa Vegetal, o município de **Águas Belas/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Luiz Aroldo Rezende De Lima, Prefeito do município de Águas Belas; Jose Edvaldo Florentino De Lima, Regivaldo Alves Santos, Josefa Cristiane Carneiro Santos Silva, Emilio Alves De Oliveira, Emilio Alves De Oliveira, Eniale Bezerra Jonatas Tenorio Ferro, Albertino Vieira Ramos, Cicero Eunias Rodrigues Murici, Josue Ferreira Barboza, Maximino De Araujo Ramos, Melchizedeck De Gueiros Malta Neto, Nitalmo Leite Da Silva, Washington Bezerra De Araujo Leite, Vereadores do município de Águas Belas; Rádio Comunitária Águas Belas, Direção.

Justificativa
<p>A indicação que encaminhamos à Mesa Diretora desta Casa foi originada pela solicitação feita pelos agricultores rurais do município acima discriminado, para que as autoridades governamentais, em especial ao Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota, para incluir no Plano Operativo da Atividade acima registrada, com a urgência que se faz necessária, contemplando, dessa forma, o referido município. Isto porque, torna-se imperativo que os produtos vegetais utilizados para consumo por parte população, estejam de acordo com as recomendações da Vigilância de Defesa Vegetal no Estado, contribuindo para a sociedade local possa consumir os produtos livres de qualquer bactéria e outros germes nocivos à saúde.</p> <p>Além do mais, o pleito que apresentamos através desta propositura, deverá ser também um fator dos mais importantes para a alimentação dos rebanhos, prevenindo ainda a proliferação de pragas e doenças de origem vegetal.</p> <p>Ante o exposto, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, que integram esta Casa Joaquim Nabuco, a melhor das acolhidas, no intuito de sua aprovação em Plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
Ricardo Costa Deputado

Indicação N° 5780/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry** e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde do Estado, **José Iran Costa Júnior**, no sentido de incluir o município de **Alagoinha/PE**, nas metas da Atividade: Fortalecimento das Ações de Prevenção e Tratamento da Aids, Hepatites Virais e Sífilis Congênita.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Uilas Leal da Silva, Prefeito do município de Alagoinha; Rubens Ferreira Diniz, Vice Prefeito do município de Alagoinha; Marlene Lima Da Silva, Edno Galindo Freire, Jose Flavio Inacio Dos Santos, Joao Humberto Gomes Da Silva, Vanderlei Rodrigues De Brito, Lenilson Flavio Bezerra De Almeida, Nivaldo Galindoda Silva, Robson Batista Galindo, Maria Das Dores Galindo, Vereadores do município de Alagoinha; Sindicato Rural dos Trabalhadores de Alagoinha, Presidência.

Justificativa
<p>As ações que vêm ocorrendo no município acima citado, não vêm surtindo o efeito desejado, e por assim ser é que tomamos a iniciativa de encaminhar a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, a proposição em tela, para que sejam reforçadas as ações discriminadas no seu bojo. Acreditamos que as autoridades governamentais já estão se debruçando para viabilizar uma melhor solução para o problema, tendo em vista que os índices das citadas enfermidades não vêm ocorrendo conforme o programado pela Secretaria Estadual de Saúde.</p> <p>Por assim ser, e visando a melhoria da saúde populacional do município em referência, é que apresentamos esta proposição para alertar as autoridades governamentais.</p> <p>Ante o exposto, resta-nos solicitar dos nossos ilustres pares, que integram esta Casa Joaquim Nabuco, a melhor das acolhidas, no intuito de sua aprovação em Plenário.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
Ricardo Costa Deputado

Indicação N° 5781/2017

Indicamos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação, **Frederico da Costa Amâncio**, no sentido de incluir nas metas da Atividade: Ampliação do Programa Escola Aberta, o município de **Aliança/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Xisto Lourenço De Freitas Neto, Prefeito do município de Aliança; Ivaneide Maria De Arruda Silva, Vice-Prefeito do município de Aliança; Andre Severino Gonzaga Da Silva, Roberto Cassiano De Souza, Eronildo Marinho Dos Santos, Edilene Rodrigues Dos Passos, Marilha Maria De Goes, Jose Francisco De Sales, Antonio Jose Ferreira Marinho, Uitanaan Gomes Da Silva, Valmir José De Oliveira, Jose Francisco Da Silva, Maria Jose De Oliveira, Vereadores do município de Aliança.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, tem como finalidade incluir o citado município nas metas da Atividade acima referida, quando da elaboração do seu Plano Operativo para o exercício de 2017.</p> <p>Como sabemos a oferta de atividades direcionadas ao lazer e ao esporte, é uma excepcional ferramenta para incentivar o lazer e a cultura para os jovens que se encontram em estado de vulnerabilidade social. Isto certamente poderá transformar o ambiente físico das escolas do ensino público estadual, num local de maior integração, dando lugar a uma escola mais voltada a comunidade. Assim sendo, haverá maior integração com o projeto pedagógico do Estado de Pernambuco.</p> <p>Ante tais considerações, damos como plenamente justificada a nossa propositura, pelo que vimos solicitar dos nossos ilustres Pares nesta Casa Legislativa, que dispensem a mesma a necessária acolhida, visando sua aprovação em Plenário.</p> <p>Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.</p>
Ricardo Costa Deputado

Indicação N° 5782/2017
<p>Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Paulo Câmara, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Raul Henry, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, José Iran Costa Júnior, no sentido de reforçar as ações do Projeto: Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS, no município de Altinho/PE.</p> <p>Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Orlando José da Silva, Prefeito do município de Altinho; Vacely Wacemberg Santos Duarte, Vice-prefeito do município de Altinho.; Allyson José De Oliveira, Artur Felipe De Carvalho Rodrigues, Breno Henrique Soares De Barros, Luis Antonio De Souza Florêncio, José Simão Duarte Filho, Zenildo Santos De Paula, Amaro Jose Dos Santos, Edson Ferreira De Alencar, Israel Alves Da Silva, Antonio Marcos Da Silva, Jose Vanilson De Melo, Vereadores do município de Altinho.</p>

Justificativa
<p>O objetivo do projeto acima discriminado tem como filosofia o atendimento a pacientes clinicamente estáveis, mas que ainda necessitam de cuidados em seus domicílios.</p> <p>Como podemos observar esta ação, além de promover um maior conforto a esses pacientes, também promoverá o desenvolvimento operacional do programa e será uma forma de diminuir a sobrecarga nos hospitais, que constantemente vem aumentando e causando incalculáveis transtornos aos pacientes do município de Altinho/PE.</p> <p>Analizando estes fatores, é que tomamos a iniciativa de nos dirigimos às autoridades governamentais, especialmente aos da área de saúde, para que analisem a possibilidade de atender ao nosso pleito. Acreditamos que isto venha a ocorrer com brevidade necessária, pois é prioridade governamental a interiorização dos serviços de saúde nos seus municípios do interior.</p> <p>Ante tais considerações, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, a devida acolhida desta proposição, no intuito de sua viabilização, haja vista, que milhares de pessoas do município de Altinho/PE passarão a ter acesso a ações de saúde mais qualificada.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
Ricardo Costa Deputado

Indicação N° 5783/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **Dr. Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador de Pernambuco, **Raul Henry** e ao Excelentíssimo Senhor Secretario de Agricultura, **Nilton Mota** no sentido de incluir nas metas do Projeto: Ação de Saneamento Rural, para o município de **Amaraji/PE**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Rildo Reis Gouveia, Prefeito do município de Amaraji; Maria Bernadete Cabral De Brito, Vice-prefeito do município de Amaraji; Claudio Roberto Azevedo Da Silva, Girliane Nascimento Da Silva, Gloria Maria De Andrade Gouveia, Elnatam George Barros De Lima, Julia Beatriz De Brito Gouveia, Marcelo Antonio Da Silva, Maria Jose Soares, Amaro Vieira De Melo Filho, Wagner Magal Medeiros De Oliveira, Amaro Morais Dos Santos, Vereadores do município de Amaraji; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amaraji, Presidência.

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa, tem como objetivo, a melhoria da infraestrutura do município de Amaraji/PE, no que tange a saneamento rural, hoje das mais incipientes, deixando seus moradores sem as mínimas condições de dignidade humana, o que evidentemente vai de encontro a Constituição da República Federativa do Brasil.</p> <p>Por assim ser, é que estamos nos dirigido às autoridades governamentais através desta proposição em cujo acolhimento acreditamos em face de sensibilidade que as caracteriza, principalmente quando se trata de uma ação social das mais importantes para aqueles que vivem na zona dos seus municípios.</p> <p>O projeto a que nos referimos, no texto inicial desta propositura, tem também no seu elenco de metas ações direcionadas a ampliação do abastecimento de água nessas localidades, o que reputamos também como das mais relevantes para as atividades desempenhadas pelos rurícolas, cujo fortalecimento econômico é dos mais relevantes para o município e o próprio Estado.</p> <p>Ante as considerações acima tecidas, é que estamos nos dirigindo aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para solicitar-lhes a melhor das acolhidas à proposição em tela, no sentido de sua viabilização ante o Governo do Estado.</p> <p>Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.</p>
Ricardo Costa Deputado

Requerimentos
Requerimento N° 2682/2017
<p>Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja registrado um VOTO APLAUSO, ao SPORT CLUB DO RECIFE pela doação realizada à Associação Chapecoense de Futebol em razão do trágico acidente aéreo ocorrido no final do ano de 2016.</p> <p>Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilmo. Sr. Arnaldo Barros, Presidente do Sport Club do Recife; Ilmo. Sr. Evandro Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol; Ilmo. Sr. Marco Polo Del Nero, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.</p>
Justificativa
<p>No ano de 2016, o mundo se estarreceu com o acidente aéreo que vitimou dezenas de pessoas, nelas incluídas os atletas da Associação Chapecoense de Futebol. Naquele momento, várias promessas de ajuda à agremiação foram publicamente ofertadas por diversos clubes e pessoas. No entanto, passado o choque e a comoção pelo acidente, poucas ofertas de ajuda foram concretizadas.</p> <p>No começo deste mês, o jornalista Rafael Henzel, um dos sobreviventes da tragédia, publicou em suas redes sociais o seguinte: “Sobre as doações para a Chapecoense, entrou na conta R\$ 220 mil. Destes, R\$ 98 mil veio da renda do jogo do Sport (contra o Figueirense, na Ilha). Até agora é isso.”.</p> <p>Portanto, considerando o ato nobre praticado pelo time pernambucano, que efetivou a doação que corresponde a quase metade do que a Chapecoense recebeu até o início deste mês, considerando que ações como esta, em tempos de intolerância e de pouca solidariedade, devem ser estimuladas e reconhecidas, solicito dos meus ilustres Pares a necessária aprovação para este requerimento.</p> <p>Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.</p>
Rodrigo Novaes Deputado

Requerimento N° 2683/2017

Justificativa
<p>O presente requerimento tem por objetivo a realização de uma Sessão Solene no Plenário desta Casa, no dia 10 de abril de 2017, para homenagear o jornalista Magno Martins, pela passagem dos 11 anos do Blog do Magno.</p> <p>Em 05 de abril o Blog do Magno estará completando seu décimo primeiro aniversário de criação, o idealizador, o ilustre jornalista Magno Martins é natural de Afogados da Ingazeira - Pernambuco, formado em jornalismo pela Unicap, pós-graduado na mesma instituição em Ciências Políticas, com 36 anos de intensa atividade profissional e um vasto currículo que poucos conseguiram atingir.</p> <p>Do Diário de Pernambuco, onde começou suas atividades em 1980 na condição de correspondente em sua terra natal, foi, em 1984 que se mudou para Brasília, onde iniciaria uma célebre passagem em diversos jornais, como O Correio Braziliense, Jornal de Brasília, O Globo, Agência O Globo, Meridional, dos Diários Associados. Foi pioneiro na abertura da primeira sucursal de um jornal de Pernambuco no Distrito Federal, o Diário de Pernambuco, quando chegou a assumir outras funções, como colunista, secretário de redação e editor-geral. Foi presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. Em 1999, fundou a Agência Nordeste, em sociedade com o grupo Folha de Pernambuco.</p> <p>Escreveu cinco livros: “O Nordeste que deu certo”, “O Lixo do Poder”, “A derrota Anunciada” e “Reféns da Seca”. Em 2015, lançou “Perto do Coração”, livro de crônicas.</p> <p>Com sua ousadia, pioneirismo e visão de modernidade, implantou seu blog em Pernambuco, em abril de 2006, quando muitos ainda nem acreditavam nessa ferramenta de comunicação, com mais de um milhão e meio de acessos, sendo hoje uma referência nacional, com ênfase no Nordeste.</p> <p>Por tais motivações, nada mais justo que esta Casa Legislativa homenagear através desta iniciativa o trabalho desse ilustre jornalista, ao reconhecer esse trabalho relevante de tantos serviços prestados no âmbito da informação e da memória política do Estado.</p> <p>Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste Requerimento.</p> <p>Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.</p>
Silvio Costa Filho Deputado

Requerimento N° 2684/2017

Justificativa
<p>O objetivo do projeto acima discriminado tem como filosofia o atendimento a pacientes clinicamente estáveis, mas que ainda necessitam de cuidados em seus domicílios.</p> <p>Como podemos observar esta ação, além de promover um maior conforto a esses pacientes, também promoverá o desenvolvimento operacional do programa e será uma forma de diminuir a sobrecarga nos hospitais, que constantemente vem aumentando e causando incalculáveis transtornos aos pacientes do município de Altinho/PE.</p> <p>Analizando estes fatores, é que tomamos a iniciativa de nos dirigimos às autoridades governamentais, especialmente aos da área de saúde, para que analisem a possibilidade de atender ao nosso pleito. Acreditamos que isto venha a ocorrer com brevidade necessária, pois é prioridade governamental a interiorização dos serviços de saúde nos seus municípios do interior.</p> <p>Ante tais considerações, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, a devida acolhida desta proposição, no intuito de sua viabilização, haja vista, que milhares de pessoas do município de Altinho/PE passarão a ter acesso a ações de saúde mais qualificada.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
Ricardo Costa Deputado

Justificativa
<p>A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa, tem como objetivo, a melhoria da infraestrutura do município de Amaraji/PE, no que tange a saneamento rural, hoje das mais incipientes, deixando seus moradores sem as mínimas condições de dignidade humana, o que evidentemente vai de encontro a Constituição da República Federativa do Brasil.</p> <p>Por assim ser, é que estamos nos dirigido às autoridades governamentais através desta proposição em cujo acolhimento acreditamos em face de sensibilidade que as caracteriza, principalmente quando se trata de uma ação social das mais importantes para aqueles que vivem na zona dos seus municípios.</p> <p>O projeto a que nos referimos, no texto inicial desta propositura, tem também no seu elenco de metas ações direcionadas a ampliação do abastecimento de água nessas localidades, o que reputamos também como das mais relevantes para as atividades desempenhadas pelos rurícolas, cujo fortalecimento econômico é dos mais relevantes para o município e o próprio Estado.</p> <p>Ante as considerações acima tecidas, é que estamos nos dirigindo aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para solicitar-lhes a melhor das acolhidas à proposição em tela, no sentido de sua viabilização ante o Governo do Estado.</p> <p>Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.</p>
Ricardo Costa Deputado

Justificativa
<p>O presente requerimento tem por objetivo a realização de uma Sessão Solene no Plenário desta Casa, no dia 10 de abril de 2017, para homenagear o jornalista Magno Martins, pela passagem dos 11 anos do Blog do Magno.</p> <p>Em 05 de abril o Blog do Magno estará completando seu décimo primeiro aniversário de criação, o idealizador, o ilustre jornalista Magno Martins é natural de Afogados da Ingazeira - Pernambuco, formado em jornalismo pela Unicap, pós-graduado na mesma instituição em Ciências Políticas, com 36 anos de intensa atividade profissional e um vasto currículo que poucos conseguiram atingir.</p> <p>Do Diário de Pernambuco, onde começou suas atividades em 1980 na condição de correspondente em sua terra natal, foi, em 1984 que se mudou para Brasília, onde iniciaria uma célebre passagem em diversos jornais, como O Correio Braziliense, Jornal de Brasília, O Globo, Agência O Globo, Meridional, dos Diários Associados. Foi pioneiro na abertura da primeira sucursal de um jornal de Pernambuco no Distrito Federal, o Diário de Pernambuco, quando chegou a assumir outras funções, como colunista, secretário de redação e editor-geral. Foi presidente do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. Em 1999, fundou a Agência Nordeste, em sociedade com o grupo Folha de Pernambuco.</p> <p>Escreveu cinco livros: “O Nordeste que deu certo”, “O Lixo do Poder”, “A derrota Anunciada” e “Reféns da Seca”. Em 2015, lançou “Perto do Coração”, livro de crônicas.</p> <p>Com sua ousadia, pioneirismo e visão de modernidade, implantou seu blog em Pernambuco, em abril de 2006, quando muitos ainda nem acreditavam nessa ferramenta de comunicação, com mais de um milhão e meio de acessos, sendo hoje uma referência nacional, com ênfase no Nordeste.</p> <p>Por tais motivações, nada mais justo que esta Casa Legislativa homenagear através desta iniciativa o trabalho desse ilustre jornalista, ao reconhecer esse trabalho relevante de tantos serviços prestados no âmbito da informação e da memória política do Estado.</p> <p>Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste Requerimento.</p> <p>Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.</p>
Silvio Costa Filho Deputado

Justificativa
<p>O objetivo do projeto acima discriminado tem como filosofia o atendimento a pacientes clinicamente estáveis, mas que ainda necessitam de cuidados em seus domicílios.</p> <p>Como podemos observar esta ação, além de promover um maior conforto a esses pacientes, também promoverá o desenvolvimento operacional do programa e será uma forma de diminuir a sobrecarga nos hospitais, que constantemente vem aumentando e causando incalculáveis transtornos aos pacientes do município de Altinho/PE.</p> <p>Analizando estes fatores, é que tomamos a iniciativa de nos dirigimos às autoridades governamentais, especialmente aos da área de saúde, para que analisem a possibilidade de atender ao nosso pleito. Acreditamos que isto venha a ocorrer com brevidade necessária, pois é prioridade governamental a interiorização dos serviços de saúde nos seus municípios do interior.</p> <p>Ante tais considerações, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, a devida acolhida desta proposição, no intuito de sua viabilização, haja vista, que milhares de pessoas do município de Altinho/PE passarão a ter acesso a ações de saúde mais qualificada.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
Ricardo Costa Deputado

Requerimento N° 2684/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Congratulações ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE, pela eleição da sua nova diretoria para o triênio 2017/2019.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) José Antônio Alvarez de Lucas Simón, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Érico Cavalcanti Furtado Filho, Vice-presidente Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Paulo César de Almeida Wanderley, Diretor de Administração, Finanças e Patrimônio do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; João Melo Filho, Diretor de Relações do Trabalho Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Fernando José Baptista Neves, Diretor de Segurança, Medicina e Higiene do Trabalho do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Antônio Cláudio Sá Barreto Couto, Diretor de Custos e Materiais do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Serapião Bispo Ferreira Neto, Diretor de Ciência e Tecnologia do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Albânio Ferreira do Nascimento, Diretor de Obras Públicas e Relação com Órgãos Públicos do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Maria Elizabeth Cacho do Nascimento, Diretora de Assuntos Imobiliários, Obras Privadas e Instalações do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Antônio Benévolo do Amaral Carrilho, Diretor de Relações Públicas, Comunicação e Marketing do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Dolores Maria Mendonça Luna, Diretora de Ação Social e Cidadania do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE.

Justificativa
<p>O requerimento que ora encaminhó a esta Casa Legislativa tem por finalidade registrar a posse da nova diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE, eleita para o triênio 2017/2019. A solenidade de posse ocorreu no último dia 24 de janeiro. O SINDUSCON/PE é uma das instituições representativas mais importantes do nosso Estado. Sua sede está situada no bairro da Ilha do Leite, no Recife, onde são realizados cursos, palestras e seminários para o segmento, a exemplo do Fórum Pernambucano de Construção Sustentável. A entidade presta relevantes serviços para seus associados, como representação política, pesquisas de mercado, fornecimento de informações sobre mudanças nas legislações municipais, estaduais e federais, entre outros. O Sinduscon em Dia e O Construtor - Informativo Eletrônico são importantes ferramentas que trazem notícias sobre a categoria. Sua diretoria reúne nomes de destaque na construção civil, como Érico Cavalcanti Furtado Filho, Paulo César de Almeida Wanderley, João Melo Filho, Fernando José Baptista Neves, Antônio Cláudio Sá Barreto Couto, Serapião Bispo Ferreira Neto, Albânio Ferreira do Nascimento, Maria Elizabeth Cacho do Nascimento, Antônio Benévolo do Amaral Carrilho e Maria Mendonça Luna. Portanto, é justo e oportuno que esta Casa Legislativa se congratule com todos os que fazem parte da nova diretoria do SINDUSCON-PE, que certamente darão continuidade às ações e orientações que contribuem para o bom desenvolvimento do setor no Estado de Pernambuco.</p> <p>Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.</p> <p>Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.</p>
 Tony Gel Deputado

Requerimento N° 2685/2017

Requeremos à mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja realizada uma reunião solene, no dia 18 de abril de 2017, com o objetivo de comemorar os 70 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e do Serviço Social do Comercio - SESC. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento, ao Presidente do Sistema Senac/Sesc, Dr. Josias Silva de Albuquerque, com endereço na avenida Visconde de Suassuna, nº 500, Santo Amaro, Recife – PE, CEP: 50.050-540.

Justificativa
<p>As comemorações dos 70 anos do Senac/Sesc, a ser celebrado nesse ano vem abrilhantar o grande sucesso dessas duas instituições. O Senac contribui com a formação profissional de milhares de brasileiros, oferecendo cursos de Formação Inicial e Continuada, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de Nível Superior, além de ações extensivas, como workshops, congressos e palestras. A instituição foi criada em 10 de janeiro de 1946 pelo Decreto-lei nº 8.621. Já o Sesc, foi criado em 1946 e mantido pelos empresários do comércio, o Serviço Social do Comercio – Sesc, trabalha para ampliar e qualificar o acesso à Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência do trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo e seus familiares, bem como da população em geral. Em Pernambuco, o Sesc instalou-se no dia 05 de março de 1947, e atualmente conta com 20 unidades fixas, em 14 cidades, e 6 unidades móveis, levando projetos e ações para mais de 90 municípios do estado. Diante do exposto solicito dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.</p> <p>Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.</p>
 Antônio Moraes Deputado

Requerimento N° 2686/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado um **VOTO DE APLAUSO a Associação Municipalista de Pernambuco-AMUPE, na pessoa do Sr. Luciano Torres Martins**, pelos seus 50 anos de fundação no dia 28.03.17. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Antonio Figueira, Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Raul Henry, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife; ao Exmo. Sr. Luciano Torres Martins, Presidente da Associação Municipalista de Pernambuco/AMUPE.

Justificativa
<p>A Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE foi criada em 28 de março de 1967 por um grupo de prefeitos que percebeu que juntos poderiam ser mais fortes para reivindicar e buscar orientações administrativas para um melhor funcionamento de todas as prefeituras municipais do Estado. É uma entidade sem fins lucrativos, mas com uma visão empreendedora, na medida em que, articula, orienta os municípios, participa ativamente como parceira nas decisões tomadas pela Confederação Nacional dos Municípios-CNM, sempre buscando ser o elo entre os municípios, os poderes governamentais e a sociedade. Está sempre ao lado dos prefeitos com mobilização constante para levar suas reivindicações, com novas bandeiras para o fortalecimento do municipalismo, e como tal, abre espaço para debates, recepção de ideias, visando um olhar diferenciado para nova governança, onde só assim, com dinamismo e ousadia, os gestores conseguirão vencer os obstáculos e ter uma administração mais eficaz nas questões que facilitam o dia a dia e promovam o desenvolvimento das cidades. AAMUPE está preparada para uma maior integração e interação com as regiões, seja através de parcerias com os consórcios e também com a iniciativa privada. Ela está aberta ao conhecimento, através de instituições como Universidades, Fundações e ONGS que promovem estudos e projetos que possam melhorar a qualidade de vida dos nossos municípios. Portanto quero prestar esta justa homenagem a todos que fazem esta Entidade de extrema e fundamental importância para o desenvolvimento dos municípios do nosso Estado. Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
 Aluísio Lessa Deputado

Requerimento N° 2687/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene, no dia 11.04.17, no Plenário da Assembleia, para homenagear a Associação Municipalista de Pernambuco-AMUPE, pelos 50 anos de fundação no dia 28.03.17. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Antonio Figueira, Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Raul Henry, Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife; ao Exmo. Sr. Luciano Torres Martins, Presidente da Associação Municipalista de Pernambuco/AMUPE.

Justificativa
<p>A Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE foi criada em 28 de março de 1967 por um grupo de prefeitos que percebeu que juntos poderiam ser mais fortes para reivindicar e buscar orientações administrativas para um melhor funcionamento de todas as prefeituras municipais do Estado. É uma entidade sem fins lucrativos, mas com uma visão empreendedora, na medida em que, articula, orienta os municípios, participa ativamente como parceira nas decisões tomadas pela Confederação Nacional dos Municípios-CNM, sempre buscando ser o elo entre os municípios, os poderes governamentais e a sociedade. Está sempre ao lado dos prefeitos com mobilização constante para levar suas reivindicações, com novas bandeiras para o fortalecimento do municipalismo, e como tal, abre espaço para debates, recepção de ideias, visando um olhar diferenciado para nova</p>

governança, onde só assim, com dinamismo e ousadia, os gestores conseguirão vencer os obstáculos e ter uma administração mais eficaz nas questões que facilitam o dia a dia e promovam o desenvolvimento das cidades.

A AMUPE está preparada para uma maior integração e interação com as regiões, seja através de parcerias com os consórcios e também com a iniciativa privada. Ela está aberta ao conhecimento, através de instituições como Universidades, Fundações e ONGS que promovem estudos e projetos que possam melhorar a qualidade de vida dos nossos municípios. Portanto, quero prestar esta justa homenagem a esta entidade de extrema e fundamental importância para o desenvolvimento dos municípios do nosso Estado.

Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Aluísio Lessa Deputado

Requerimento N° 2688/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E ANTIDROGAS, nos termos do Regimento Interno desta Casa Legislativa, tendo como Coordenador-Geral o Deputado Dr. Valdi, e membros efetivos os Deputados Pastor Cleiton Collins, Dep.Adalto Santos,Dep.Laura Gomes e Dep.Terezinha Nunes, com a finalidade de oferecer ao Estado contribuições necessárias a fim de elaborar um relatório das demandas sociais das famílias afetadas pela violência, os efeitos devastadores das drogas, outras matérias correlatas que por ventura possam ser questionadas pelos participantes e apresentar políticas publicas. Visando alcançar objetivos propostos, serão realizados debates, audiências publicas e eventos conexos ao tema de violência e drogas.

Da decisão desta casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dra.Gleide Angelo, Delegada Especial, 9º DELEGACIA DE POLÍCIA DE HOMICÍDIOS(OLINDA); Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco.

Justificativa
<p>A criação da Frente Parlamentar de Prevenção à Violência e Antidrogas tem o propósito de torna-se um meio de informação e atualização dos gestores, bem como da população interessada, sobre a prevenção da violência e das drogas. Segundo a criminologia moderna, a violência não é somente um problema da policia e os esforços no seu combate não devem ser direcionados somente ao infrator. Falar sobre combate a criminalidade é falar principalmente sobre prevenção. A melhor forma de se combater ou diminuir a criminalidade é alcançando o crime em suas causas, suas raízes, não suas conseqüências. Mas o que podemos entender como prevenção da criminalidade? A moderna criminologia aceita a possibilidade de diminuir a delinqüência através de diversas outras formas que não exclusivamente o delinqüente. Essa prevanção ressalta a educação, a habitação, o trabalho, a inserção do homem no meio social, a qualidade de vida, como elementos essenciais para a prevenção do crime, elementos estes que operam sempre a longo e médio prazo e se dirigem a todos os cidadãos. São estratégias de política econômica, social e cultural, cujo objetivo primário seria oferecer qualidade de vida ao cidadão, e ultimo seria dotar o cidadão de capacidade social para superar eventuais conflitos de forma produtiva. O ultimo mapa da Violência divulgado mostra que em um cenário onde há violência,as drogas estão instaladas. E, nesse sentido, pretendemos realizar o vinculo entre a sociedade e a Casa Legislativa, fazendo um diagnostico pernambucano sobre drogas, para que as instituições publicas formem uma rede de combate às drogas no Estado. Desta feita, a presente Frente pretende criar a interação, com uma rede de prevenção à violência e as drogas, direcionando as medidas que podem ser tomadas para reduzir os dados que serão verificados e indicando políticas publicas.</p> <p>Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.</p>
Dr. Valdi Deputado

Adalto Santos, Antônio Moraes, Augusto César, Bispo Ossésio Silva, Francismar Pontes, Gustavo Negromonte, João Eudes, Julio Cavalcanti, Laura Gomes, Marcantônio Dourado, Odacy Amorim, Pastor Cleiton Collins, Ricardo Costa, Roberta Arraes, Socorro Pimentel, Terezinha Nunes, Zé Maurício

Requerimento N° 2689/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulações**, aos Datiloscopistas, cuja data comemorativa esta incluída no seu Calendário Oficial de Eventos, ocorrido no dia 05 de fevereiro de 2017. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Raul Henry, Vice-Governador de Pernambuco; Jarbas Vasconcelos, Deputado Federal; Angelo Fernandes Gioia, Secretário de Defesa Social; Ana Patricia Carneiro Guedes Alcoforado, Delegada, Diretora do Instituto de Identificação Tavares Buril - ITB; Marcus Vinicius de Andrade, Datiloscopista; Agnelo Antonio Xavier Lima, Datiloscopista; Maria Dilma Fernandes Borba da Silva, Datiloscopista; Ivoneide Constantino da Silva, Datiloscopista; José Lins do Nascimento, Datiloscopista; Lauro José Macena dos Santos, Datiloscopista; Marcos Eduardo Lins de Arruda, Datiloscopista; Nilma da Silveira Azevedo, Datiloscopista; Solange Maria da Silva, Datiloscopista.

Justificativa
<p>Desde tempos imemoriais, o ser humano se preocupa em marcar seus pertences. A datiloscopia é o mais prático e econômico método de identificação humana. Trata-se do registro das impressões digitais e dos métodos para determinar a identidade das pessoas. Apesar do advento da identificação por meio do DNA, a datiloscopia ainda é o método mais viável, por ser mais barato, simples e seguro. A Bíblia comenta sobre a identificação humana por meio das impressões digitais “Ele assinala a mão de todos os mortais para que reconheçam, cada um, suas obras” (Jó,37,7). A palavra “datiloscopia” deriva de dois termos greco-latinos: dákytylos (dedos) e skopeîn (examinar). Esse termo foi criado na Argentina, para designar o estudo da identificação humana mediante impressões digitais. O inventor do sistema datiloscópico foi Juan Vucetich Kovacevich. Antes dele, muitos cientistas fizeram várias tentativas para utilizar a impressão digital como meio seguro de identificação. O início da evolução dos processos de identificação digital, ou seja, a datiloscopia e as técnicas de identificação utilizadas, começaram no século VII, na China, onde o Código de Yng-Hwui estabelecia que as mulheres divorciadas deviam portar um papel autenticado com a impressão digital do ex-marido. Só a partir de 1300 as impressões passaram a ser usadas mundialmente nos casos de crime. A datiloscopia é um excelente método para identificação de criminosos, quer para reconhecer os reincidentes, quer para descobrir o autor de um delito, por meio do datilograma - nome técnico do documento que reproduz a impressão digital. Esse método tem quatro princípios fundamentais. O primeiro é o da perenidade, pois as impressões digitais começam a existir a partir do sexto mês de vida fetal e perduram até a decomposição do corpo após a morte. O segundo é o da imutabilidade, porque a forma original das impressões digitais nunca se modifica. O terceiro é o da classificabilidade, já que as impressões digitais podem ser classificadas para arquivamento e pesquisa. O quarto e último princípio é o da variabilidade, pois as impressões digitais variam de dedo para dedo e de pessoa para pessoa. A datiloscopia, portanto, é o método que se utiliza desse grande segredo da biologia. Uma foto mostra quem é determinada pessoa, mas se ela mudar a aparência ou tiver uma sósia, poderá haver engano. Entretanto, por meio do datilograma, pode-se afirmar a identidade da pessoa, sem erro.</p>

Por assim ser, por ser uma profissão de relevada importância para a sociedade, e, como parlamentar, não poderia deixar de prestar homenagem a esta categoria profissional, pela qual encaminho neste dia, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o referido Requerimento, que serve também como nossos parabéns a todos os profissionais da área. Dando como justificado o presente requerimento, resta solicitar dos nossos ilustres nesta Casa Legislativa a melhor das acolhidas, visando sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.
 Ricardo Costa Deputado

Requerimento N° 2690/2017
<p>Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSO à Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos, na pessoa de Júlio Silva Filho, presidente da Agremiação, que neste ano de 2017 comemora 70 anos de fundação. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilustríssimo Senhor Júlio Silva Filho, Presidente da Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos; ao Excelentíssimo Senhor Afonso Oliveira, Secretário de Patrimônio e Cultura de Olinda; ao Excelentíssimo Senhor Lupércio Carlos do Nascimento, Prefeito de Olinda.</p>
Justificativa
<p>Reconhecida como uma das mais tradicionais agremiações do município de Olinda, a Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos foi fundada em 17 de fevereiro de 1947, por um grupo de pessoas, que moravam na rua do Amparo e no Quatro Cantos, que desfilavam pelas ruas com dorsos nus e com galhos de pitombeiras empilhados. A Troça em 1950, iniciou seu desfile com fantasias, seus participantes estavam vestidos de palhaços e não usavam máscaras. Hoje, seu desfile conta com fantasias ricas e bem confeccionadas. O estandarte, criado em 1953, e que tem como cores predominantes: o preto e o amarelo, traz um losango, que tem como centro um trecho da rua Prudente de Moraes, nos Quatro Cantos, em Olinda, e nas suas laterais estão dois cachos de pitombas.</p>

O hino da troça, já é por demais conhecido entre os foliões, de autoria de Alex Caldas, tocado com instrumentos de sopro e percussão:

*"Nós somos da Pitombeira
Não brincamos muito mal
Se a turma não saísse
Não havia carnaval } bis*

*A turma da Pitombeira
Tem seus dedos em cada mão
E o P que tem na teste
Faz parte da confusão } bis*

*Pitombeira só tem dez letras
E uma significação
Pitomba é fruta besta
Se compra com qualquer tostão } bis*

*A turma da Pitombeira
Na cachaça é a maior
E o doce é sem igual
Como ponche é o ideal
Se a turma não saísse
Não havia carnaval*

REFRÃO
*Bate bate com doce
Eu também quero, eu também quero } bis*

Diante da importância histórica da referida agremiação para a Cultura do povo de Olinda e de Pernambuco, faz-se justa e merecida a referida proposição, uma vez que nesses 70 anos, a Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatro Cantos atua e trabalha única e exclusivamente em função de sua participação no período carnavalesco. Este requerimento, que foi preparado segundo dados de Lúcia Gaspar da Fundação Joaquim Nabuco, espera contar com o apoio dos ilustres Pares deste Poder.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Teresa Leitão
Deputada

Requerimento Nº 2691/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja realizado um Grande Expediente Especial no Plenário desta Casa, no dia 16 de março do corrente ano, para homenagear o município de Olinda pelos 35 anos de conquista do Título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Excelentíssimo Senhor Afonso Oliveira, Secretário de Patrimônio e Cultura de Olinda; ao Excelentíssimo Senhor Lupércio Carlos do Nascimento, Prefeito de Olinda.

Justificativa

O município de Olinda, que originalmente foi sede da Capitania de Pernambuco, foi fundado em 1535. Em 1982, a cidade recebeu da Unesco o Título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, sendo a segunda cidade brasileira a ser condecorada com tal Declaração, porque a primeira foi Ouro Preto.

Olinda possui uma beleza arquitetônica, urbanística e paisagística dos séculos XVI e XVII, dentre os quais podemos citar: o Convento e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Sua riqueza cultural e tradicional, também merece destaque, como os desfiles de bonecos gigantes, no período carnavalesco.

Ao receber o título da Unesco, Olinda se credencia na lista de monumentos mundiais, tais como: a Catedral de Notre-Dame, em Paris, o sítio arqueológico de Nemrut Dag, na Turquia, o Parque Nacional do Serengeti, na África, e a Cidade do Vaticano, entre outros 400 monumentos em todo o mundo.

A celebração dos 35 anos da Declaração de Patrimônio Cultural da Humanidade não pode deixar de levar em consideração os problemas que já ameaçaram a perda desta importante conquista, dentre eles estão: as descaracterizações das fachadas dos casarões de Olinda, os problemas na ocupação comercial das áreas tombadas, e o descaso na gestão urbana.

Diante da importância do referido Título para o município, e o país, faz-se justa e merecida esta homenagem, que espera contar com o apoio dos demais pares desta Casa.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Teresa Leitão
Deputada

Requerimento Nº 2692/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos anais da Casa, o editorial do Jornal Folha de Pernambuco, intitulado: “A violência em Olinda”, publicado no dia 31 de janeiro de 2017, no Caderno Opinião, pág 6. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) à Ilma. Sra. Patrícia Raposo, Editora-Chefe do Jornal Folha de Pernambuco; ao Excelentíssimo Senhor Afonso Oliveira, Secretário de Patrimônio e Cultura de Olinda; ao Excelentíssimo Senhor Lupércio Carlos do Nascimento, Prefeito de Olinda.

Justificativa

O mencionado texto nos evidencia as riquezas do município de Olinda, quando refere-se: a sua beleza natural, as suas igrejas centenárias, as suas festividades, as suas ladeiras e sobrados antigos. Ele nos traz uma reflexão crítica ao contextualizar a cidade detentora de um Título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, vivenciando em uma das suas festividades mais famosas, tantos atos de violência, e aproveita para incentivar as autoridades a tomar uma atitude proativa, diante de tal fato.

Portanto, segue na íntegra o texto ora referenciado:

“A violência em Olinda

Os mais recentes atos de violência nos finais de semana no sítio histórico de Olinda, entre os quais furtos, roubos, arrastões, agressões entre grupos e outros que tais nestes dias que antecedem o Carnaval, são a contraface de uma época lírica que caracterizava aquela área da cidade, até as últimas décadas do século XX.

Versos do poeta Carlos Pena Filho assim o atestam:

“... As paisagens são muito claras/ não são paisagens, são lentes./ São líris, sol, água verde/ ou claridade somente./ Olinda é só para os olhos,/ não se apalpa, é só desejo./Ninguém diz: é lá que eu vejo...”. Não é demais, portanto, repeti-los, pela limpidez, rima e ritmo das palavras, soando quase que como sensível instrumento musical.

É inaceitável que, tombada pela UNESCO (órgão integrante da Organização das Nações Unidas – ONU) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, abrigue comportamentos reprováveis, conforme vem ocorrendo nos finais de semana à noite.

A Olinda preservada (o sítio histórico) é posterior à presença holandesa em nosso Estado, pois a antiga Olinda foi incendiada pelos invasores, quando concentraram suas forças no Recife. O pretexto era de que não dispunham de soldados em número suficiente que as protegessem nas duas cidades, optando, assim, pelo incêndio das residências olandenses, ação condenada por Maurício de Nassau depois que aportou em nosso território.

Feito esse parêntese, é oportuno lembrar que em 1535, Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, fundou Olinda, implantando o primeiro engenho de cana-de-açúcar, desenvolvendo a agricultura e instituindo um livro de tombo, transformando-se o povoado em vila no dia 12 de março de 1537.

Olinda foi sede da Capitania de Pernambuco. Em 1630, os holandeses a invadiram, tomando-a, e incentivando-a em 1631. Em 1654, foi retomada depois da expulsão dos invasores. Voltou, então a ser capital de Pernambuco, apesar de os governadores residirem no Recife. Nos anos 1800, transformou-se numa cidade de estudantes por duas razões: a criação do Seminário Diocesano e por causa da Fundação dos Cursos Jurídicos (o primeiro do Brasil), em 11 de agosto de 1828, funcionando inicialmente no Mosteiro de São Bento.

Em 1837, com a transferência provincial para o Recife, Olinda deixou de ser a capital de Pernambuco.

Discorrer sobre Olinda é expressar sua beleza natural, suas igrejas centenárias, suas festividades, a vista que os seus montes oferecem, ladeiras e sobrados antigos. Destes, pouquíssimos sobreviventes restam com seus muxarabis, ou seja, balcões mouriscos protegidos por treliças, de onde pode se ver de dentro das casas sem ser visto pelos que passam pelas ruas, herança trazida pelos burgueses quando do domínio árabe em Portugal e na Espanha durante cerca de 500 anos.

Já faz tempo que Olinda é um local de referência para brasileiros e estrangeiros que nos visitam. Sua imagem está difundida em todo País. É, praticamente, obrigatório aos turistas conhecer uma cidade que vive o presente sem esquecer o passado, razões suficientes para que as autoridades evitem os violentos acontecimentos que estão ocorrendo ali, causando desconforto e insegurança àtodas pessoas, jovens e adultos que a procuram para se divertir de forma pacífica nestes que antecedem o Carnaval. Editorial Folha de Pernambuco”

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Teresa Leitão
Deputada

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

Requerimento Nº 2693/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulações pelo do Dia do Gráfico**, comemorado no dia 07 de fevereiro do corrente.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Iraquitán José da Silva, Presidente do Sindgraf-PE; Marcelo José Braga, Vice-Presidente do Sindgraf-PE; Lidiane Karine A. da Silva, Tesoureira do Sindgraf-PE; Beronildo Carlos da Silva, Conselheiro do Conselho Fiscal do Sindgraf/PE; Diogo Barros da Silva, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Eduardo Josê de Souza, Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal do Sindgraf-PE; Evandro Tavares da Silva, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Elisângela Soares de Sousa, Primeira Secretária do Sindgraf-PE; Emanuel Pinto Cavalcanti Junior, Primeiro Tesoureiro do Sindgraf-PE.; Fábio Rodrigues da Silva, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Geraldo Roberto da Silva, Suplente de Delegado na Federação pelo Sindgraf-PE; José Carlos Conrado da Silva, Conselheiro Suplente do Conselho Fiscal do Sindgraf-PE; José Martins Neto, Delegado na Federação pelo Sindgraf-PE; Josafá José de Oliviera, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Josival Alves Pereira, Diretor de Patrimônio do Sindgraf-PE; Marcelo José Braga, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Marcos Antônio Damascena, Segundo Tesoureiro do Sindgraf-PE; Marcos Aurélio Vieira da Costa, Segundo Secretário do Sindgraf-PE; Nilson Pereira dos Santos, Delegado na Federação pelo Sindgraf-PE; Roberto Domingos Gomes, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Robson de Araújo Pereira, Suplente de Delegado na Federação pelo Sindgraf-PE; Romildo Maurício da Luz Filho, Diretor Suplente da Diretoria Executiva do Sindgraf/PE; Vanildo P. Queiroz Junior, Suplente do Conselho Fiscal do Sindgraf-PE; Eduardo Carneiro Mota, Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Pernambuco; Valdezio Bezerra de Figueiredo, 1º Vice - Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Pernambuco.

Justificativa

No dia 07 de fevereiro de 1923, a UTG (União dos Trabalhadores Gráficos) foi reconhecida como legítima representante da categoria. Daí instituiu-se a data como Dia do Gráfico.

O reconhecimento veio depois de uma greve que durou 45 dias, onde os gráficos, além de reivindicarem melhores condições de trabalho, combatiam o trabalho infantil, lutavam pela jornada de trabalho de 8 horas, descanso semanal remunerado aos sábados e domingos, e férias anuais, entre outras reivindicações.

No começo do século passado, os gráficos tinham um papel extremamente importante nas lutas e conquistas da classe trabalhadora no Brasil. Estavam presentes em todos os movimentos e confeccionavam os jornais operários que os movimentos usavam para organizar e passar informações aos trabalhadores.

Ao longo dos anos, a categoria mantém uma intensa luta pela manutenção de seus direitos e ampliação das conquistas.

Os trabalhos gráficos são realizados em três níveis diferentes: a pré-impressão (a elaboração do produto), a impressão de uma matriz (rotogravura, flexografia ou off-set) e o acabamento através de dobraduras, cortes, colagens e gramepeamentos. Com o passar dos anos, os serviços de impressão tornaram-se mais modernos e rápidos, levando os afazeres gráficos a se tornarem instrumentos de alta eficácia para o mundo das comunicações. Podemos ver jornais impressos todas as noites, para circularem a partir das seis horas da manhã. Porém, para que isso aconteça, é necessário contar com a participação de vários profissionais que cuidam de aspectos de produção, elaboração de pautas, escrita de reportagens, edição, diagramação, dentre outros.

Diante da importância dessa categoria na nossa história, e do valor que representam para toda a sociedade, é que apresentamos o presente requerimento, convicts da justa e merecida homenagem a esses trabalhadores.

Ante o exposto, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa a melhor das acolhidas para esta proposição.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Ricardo Costa
Deputado

Requerimento Nº 2694/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso à Paróquia de Santo Antão, na passagem da 392ª Festa do Padroeiro Santo Antão, realizada no período de 8 a 17 de janeiro do corrente, em Vitória de Santo Antão, neste Estado.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Revmo. Sr. Dom Fernando Saburido, Arcebispo de Olinda e Recife; Revmo. Monsenhor Maurício Roberto Diniz Souza, Pároco da Matriz de Santo Antão; Revmo. Sr. Héctor Miguel Ruiz Padilla, Vigário Paroquial da Matriz de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson Zacarias, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. André Saulo, Antônio Gabriel, Celso Bezerra, Edmilson José dos Santos, João Eronilson, José Bertoldo, José Geraldo Filho, Loralindo Junior, Manoel de Holanda, Marcone Pedro, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Djalma Gomes da Silva, Presidente do CDL de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Gilvan Leonel, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Jaime Beltrão, Diretor da Usina JB; Ilmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Presidente da Faculdade Osman Lins - FACOL; Ilmo. Sr. Ibirapuá Gonçalves, Diretor Geral do Jornal "A Verdade"; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Ilmo. Sr. Luiz Carlos, Diretor da Rádio Vitória FM; Ilmo. Sr. Tyago Leão, Redator do Blog Nossa Vitória.

Justificativa

As homenagens dedicadas ao Glorioso Santo Antão, padroeiro de Vitória de Santo Antão, em seu 392º ano, foram revestidas de intensa participação da comunidade católica desse importante município da Zona da Mata pernambucana.

Durante mais de uma semana, no período de 8 a 17 de janeiro, uma extensa programação teve seqüência, comandada pelo dinâmico pároco da tradicional igreja, Monsenhor Maurício Roberto Diniz Sousa e eficiente equipe, de colaboradores. Neste ano os juízes da festa e os juízes da Bandeira de Santo Antão e São Sebastião foram compostos pela Legião de Maria e Terço dos Homens respectivamente, onde realizaram um significativo e importante trabalho junto ao Monsenhor Maurício.

A Festa de Santo Antão é realizada há mais de trezentos anos, constituindo-se um dos grandes eventos no calendário religioso da cidade. Destaca a indelével figura de Santo Antão, nascido no ano de 250, perto de Heracleia, no Alto Egitto, considerado o Santo da Renúncia, por ter renunciado aos bens materiais atendendo ao chamado de Cristo, em momento de reflexão, para dedicar-se a fé católica. Durante 85 anos, viveu no deserto, dos quais 20 foram em uma montanha, onde veio a falecer em 17 de janeiro do ano 356, aos 107 anos, em uma caverna do Monte Colzim. Sua imagem na Matriz de Santo Antão, em tamanho natural, é representada por trajes e insígnias episcopais.

Os parabéns portanto, a todos os paroquianos da Matriz de Santo Antão, por essa homenagem ao seu Padroeiro, gesto dos mais significativos, dos quais nos associamos através desta iniciativa, ao ensejo de seu acolhimento pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Joaquim Lira
Deputado

Requerimento Nº 2695/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um Voto de Aplauso ao jovem advogado Gabriel Carneiro de Lima pela posse na Advocacia Geral da União, após concurso público.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilmo. Sr. Dr. Gabriel Carneiro de Lima, Advogado Geral da União; Ilmos. Srs. Dr. Paulo Roberto Lima e Dra. Ana Regina Ferrer Carneiro, pais do empossado; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmlison Zacarias, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. André Saulo, Antônio Gabriel, Celso Bezerra, Edmilson José dos Santos, João Eronilson, José Bertoldo, José Geraldo Filho, Loralindo Junior, Manoel de Holanda, Marcone Pedro, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Djalma Gomes da Silva, Presidente do CDL de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Gilvan Leonel, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Jaime Beltrão, Diretor da Usina JB; Ilmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Presidente da Faculdade Osman Lins - FACOL; Ilmo. Sr. Ibirapuá Gonçalves, Diretor Geral do Jornal "A Verdade"; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Ilmo. Sr. Luiz Carlos, Diretor da Rádio Vitória FM; Ilmo. Sr. Tyago Leão, Redator do Blog Nossa Vitória.

Justificativa

A história do jovem Gabriel Carneiro de Lima é um exemplo de superação e desafios, a partir de sua máxima de que “quem define os seus limites é você”.

Formado em Direito em 2011, pelas Faculdades Integradas Barros Melo, de Olinda, já havia sido aprovado pelo Exame da Ordem dos Advogados do Brasil e bem sucedido em dois concursos públicos o de Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda, em 2009, e o de Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 5ª região, cuja aprovação foi em 2008, mas a nomeação ocorreu em 2010. Obteve outras aprovações em concursos ao cargo de Analista aos quais se submeteu a exemplo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Tribunal Regional Federal (TRF).

É especialista em Direito Público pela Faculdade Estácio de Sá e Pós Graduado em Direito Constitucional pela Anhanguera – Uniderp (2015).

Submetido outro concurso para a Procuradoria do Município de Salvador, obteve a primeira colocação.

Para o exame da Advocacia Geral da União, estabeleceu além do ritmo de trabalho, em torno de sete horas, uma dedicada atuação aos estudos, resultando com esse esforço a aprovação, com nota 90 na prova oral, e nas etapas seguintes, em certame dos mais concorridos.

Sua posse, como Advogado Geral da União, ocorreu em Brasília, no Teatro Pedro Calmon, com a presença dos pais, familiares e demais convidados.

A cidade de Vitória de Santo Antão, onde o jovem Gabriel Carneiro de Lima possui raízes familiares, recebeu com muita alegria a notícia de mais uma página exitosa na obstinada carreira desse exemplo de filho, de estudioso do Direito, de cidadão que, a partir de agora, integra, de modo merecido, o importante órgão do Governo Federal.

Por traduzir o reconhecimento desta Casa Legislativa ao talento desse pernambucano, propomos esta iniciativa, ao ensejo de sua aprovação pelos Nobres Pares.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Joaquim Lira Deputado

Requerimento N° 2696/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um Voto de Aplauso ao Grupo Asas da América na passagem dos 30 anos de fundação.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilmos. Srs. Marcelo Bastos Valença e Marcos Bastos Valença, Diretores do Trio Asas da América; Ilmos. Srs. Aluísio Ferrer Júnior e Alexandre Ferrer, Diretores do Bloco A Girafa; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson Zacarias, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. André Saulo, Antônio Gabriel, Celso Bezerra, Edmilson José dos Santos, João Erondilson, José Bertoldo, José Geraldo Filho, Lorinaldo Junior, Manoel de Holanda, Marcone Pedro, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Ilmo. Sr. Luiz Carlos, Diretor da Rádio Vitória FM; Ilmo. Sr. Tyago Leão, Redator do Blog Nossa Vitória.

Justificativa

Criado em 1987, em São Bento do Uma, município pernambucano, o Grupo Asas da América tem sido ao longo dos anos uma presença indispensável em vários eventos nas cidades, com ênfase ao período momesco.

No tradicional Bloco A Girafa, de Vitória de Santo Antão marcou época durante o Carnaval, desfilando pelas principais ruas, atraindo milhares de pessoas, levando alegria e entusiasmo aos foliões.

Permanece viva a lembrança do ex-vocalista do Trio, durante 15 anos, Jean Pierre dos Santos, “o menestrel dos trios elétricos”, falecido prematuramente aos 39 anos, em dezembro de 2015. Com seu estilo vibrante, era uma das atrações mais esperadas durante o desfile que o Trio realizava em incontáveis turnês pelo Estado.

O Grupo Asas da América tem como característica a divulgação do frevo através da união com a MPB, possibilitando assim a maior difusão do ritmo pernambucano no âmbito do País.

Nessa perspectiva, entendemos como procedente a presente homenagem, como reconhecimento aos músicos, a equipe de abnegados colaboradores que compõem essa verdadeira “usina de alegria e energia”, que durante o ano inteiro contribuem na animação não somente do carnaval pernambucano, através de sua exibição, bem como dos principais acontecimentos comemorativos por todo Nordeste, onde a presença do Trio Asas da América é sinônimo de sucesso.

Ante o exposto, solicitamos o acolhimento dos Nobres Pares ao pleito em apreço, pela aprovação.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Joaquim Lira Deputado

Requerimento N° 2697/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje o artigo da jornalista Érica Fraga, da Folha de São Paulo, sobre o livro Roots of Brazilian Relative Economic Backwardness, do economista Alexandre Rands Barros, presidente do Diário de Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilma. Sra. Érica Fraga, jornalista autora do artigo; Ilmo. Sr. Dr. Alexandre Rands Barros, presidente do Diário de Pernambuco; Ilmo. Sr. João Alberto Sobral, Jornalista do Diário de Pernambuco; Exmo. Sr. Richard Reiter, Cônsul Geral dos Estados Unidos em Recife.

Justificativa

O jornal Folha de São Paulo, em sua edição o último dia 07 de janeiro do corrente, publicou artigo da jornalista Érica Fraga, em que destaca o livro publicado em inglês, de título, “Roots of Brazilian Relative Economic Backwardness”, de autoria do economista e presidente do Diário de Pernambuco, Dr. Alexandre Rands Barros.

Na avaliação da crítica o livro é considerado bom, e aborda os motivos do atraso econômico do Brasil, onde o autor, com doutorado pela Universidade de Illinois, Estados Unidos, destaca o papel da educação de qualidade no desenvolvimento.

O registro do jornal paulista a obra tão procedente constitui iniciativa das mais justas diante de trabalho bem elaborado, merecedor, portanto, do reconhecimento através da consignação da matéria nos Anais da Casa de Joaquim Nabuco, através de nossa propositura.

Na íntegra, o material objeto de nosso Requerimento:

“Autor investiga motivos do atraso econômico do Brasil

Por que o Brasil não se tornou um país desenvolvido como tantas nações, inclusive outras ex-colônias mundo afora?

O economista Alexandre Rands Barros, sócio da consultoria Datamétrica e presidente do jornal “Diário de Pernambuco”, tenta responder a essa pergunta no livro “Roots of Brazilian Relative Economic Backwardness”.

A investigação é baseada na construção de séries históricas inéditas e em bastante matemática. Seu ponto inicial é a comparação da evolução de indicadores brasileiros com os de países que conseguiram se desenvolver.

A lista inclui outras ex-colônias, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, e Nova Zelândia, e nações do sul e do norte da Europa.

Em 1820, a renda per capita brasileira era superior à da Austrália, da Nova Zelândia e da Grécia, diz o autor. No caso de Noruega, Finlândia e Canadá, o indicador – considerado uma importante medida de bem-estar – não era muito superior ao brasileiro.

Foi ao longo do século 19 e das primeiras décadas de 20 que os demais países deixaram o Brasil para trás.

A narrativa evoluiu para o que pode ter provocado o atraso e a conclusão do autor é que ele se explica pela lenta acumulação de capital humano, que abrange tanto habilidades cognitivas como traços da personalidade dos trabalhadores.

Segundo os cálculos de Rands, a disponibilidade de capital humano e físico (como máquinas e equipamentos) responde por cerca de 90% das diferenças de renda per capita entre os países analisados. E, entre dois fatores, o capital humano tem o papel mais relevante.

O economista, doutor pela Universidade de Illinois (EUA), explica que a migração internacional de pessoas é mais lenta que a de máquinas, equipamentos e tecnologia. Esses últimos fatores, diz, normalmente são alocados de acordo com a disponibilidade da força de trabalho mais qualificada nos países.

Por isso, a escolaridade e a qualidade da educação dos trabalhadores de uma nação são tão cruciais para seu desenvolvimento.

A partir desse diagnóstico, o ensaio busca explicar as razões iniciais para o baixo estoque de capital humano no Brasil em relação aos países hoje avançados.

O economista destaca que nações como Estados Unidos, Austrália e Canadá – outras ex-colônias – receberam um fluxo muito mais significativo de europeus qualificados do que as da América Latina. A partir dessa constatação, o livro discute o que impediu a reversão do quadro inicial de atraso no Brasil.

TEORIAS

O autor apresenta as principais teorias que se propuseram a explicar as causas do desenvolvimento econômico.

Os estruturalistas ressaltavam a importância da indústria para o crescimento sustentado, afirmando que países exportadores de commodities são alvos de crises cíclicas que freiam seu avanço.

Para Rands, a falha dessa corrente é evidenciada pelo fato de que o Brasil teve progresso industrial importante na segunda metade do século 20 sem que sua renda per capita convergisse para o nível de países desenvolvidos, embora tenha crescido.

Há outra vertente teórica que afirma que são instituições de um país – as regras do jogo vigentes na sociedade – que determinam seu potencial de crescimento.

Embora reconheça que países avançados têm instituições que funcionam bem e apoiam seu crescimento, o autor conclui que elas não são o vetor fundamental do desenvolvimento, mas consequência do resultado de conflitos sociais.

Esses choques entre interesses de diferentes grupos – identificados por outra vertente chamada teoria da dependência – seriam, na verdade, os grandes responsáveis pelo crescimento ou pelo atraso econômico, diz Rands.

Para teóricos da dependência, os governos locais e as elites dos países produtores de commodities se beneficiam dessa especialização, por isso não buscam alterar as forças que equilibram a economia.

Rands vai além ao acrescentar que a questão é que são esses conflitos que permitem ou bloqueiam a adoração de políticos propulsores da acumulação de fatores pró-crescimento, como o capital humano.

Os capítulos finais do livro buscam demonstrar como os conflitos entre grupos de interesse não foram, na maior parte da história do Brasil, favoráveis aos investimentos públicos em educação.

IMIGRANTES

Esse equilíbrio começou a mudar, aponta Rands, com a chegada de imigrantes, em especial a partir do século 20.

Ele demonstra como esse movimento foi acompanhado de um aumento relevante nas matrículas do ensino básico, mas ressalta que o movimento não foi suficiente para gerar o avanço educacional necessário para o aumento significativo da renda.

A conclusão é que o desenvolvimento ainda está ao alcance do Brasil, mas não ocorrerá sem políticas que impulsionem de maneira mais significativa a escolaridade e qualidade e a qualidade da educação.

A questão que permanece é como alterar o balanço dos conflitos de interesse presentes na sociedade brasileira que impede o avanço na adoção dessas políticas.”

Ante o exposto, solicitamos aos Nobres Pares o acolhimento da presente proposição, pela aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Joaquim Lira Deputado

Requerimento N° 2698/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado nas atas de trabalho desta Casa um VOTO DE PESAR pelo falecimento do educador popular da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, em

Pernambuco, Adelmo Araújo, que faleceu no último dia 02 de fevereiro do corrente ano.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) à Ilustríssima Senhora Rosimere Nery Peixoto, Educadora da FASE Pernambuco; ao Ilustríssimo Senhor Rui Sá Rodrigues, Gerente Administrativo da FASE Nacional.

Justificativa

Adelmo Araújo, nasceu em 05 de maio de 1958, e faleceu no último dia 02 de fevereiro do corrente ano, aos 58 anos, após semanas enfrentando consequências de um Acidente Vascular Cerebral (AVC).
Reconhecido por seu trabalho de educador popular junto à FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, instituição onde atuou por 30 anos, Adelmo, foi um grande articulador do Movimento por Reforma Urbana no Nordeste.
Um grande ser humano que tinha por ideal de vida às lutas sociais e democráticas, a dignidade, a cidade mais justa e igualitária, além da missão de repassar sua experiência e conhecimento às gerações mais novas.
Diante da história de luta e de ideias de vida, pouco comuns hoje em nossa sociedade, faz-se justo e merecido, o referido voto de pesar, que espera deixar o registro público em nossa sociedade de alguém que não apenas lutou, mais que deixou na história dos movimentos sociais uma trajetória digna de respeito e admiração.
Este requerimento, espera contar com o apoio dos ilustres pares nesta Casa.
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Teresa Leitão Deputada

Requerimento N° 2699/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado um **VOTO DE APLAUSO ao Santa Cruz Futebol Clube** pelo aniversário de 103 anos de fundação no dia 03.02.17.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Sylvio Ferreira, Presidente do Conselho Deliberativo do Santa Cruz Futebol Clube; ao Exmo. Sr. Antonio Luiz da Silva Neto, Presidente do Conselho Patrimonial do Santa Cruz Futebol Clube; ao Exmo. Sr. Alirio Lima Moraes de Melo, Presidente do Santa Cruz Futebol Clube; ao Exmo. Sr. Constantino Novaes da Silva Barbosa Jr, Vice-Presidente do Santa Cruz Futebol Clube; ao Exmo. Sr. Arpégio José de Carvalho, 1º Secretário do Santa Cruz Futebol Clube; ao Exmo. Sr. Evandro Barros de Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol; ao Exmo. Sr. João Caixeiro de Vasconcelos Neto, Secretário Geral da Federação Pernambucana de Futebol.

Justificativa

Tendo sido criado por um grupo de 11 meninos do Recife, a ideia do nome “Santa Cruz” adveio em razão do pátio da Igreja de Santa Cruz, onde este grupo de jovens, com idade entre 14 e 16 anos, costumava jogar futebol – afinal, naquela época não existiam campos, já que o esporte ainda era considerado elite.
Os fundadores do clube reuniram-se na Rua da Mangabeira, 02, distrito da Boa Vista, por volta das 19 horas. Estiveram presentes os senhores Quintino Miranda Paes Barreto, José Luiz Vieira, José Glacério Bonfim, Abelardo Costa, Augusto Franklin Ramos, Orlando Elias dos Santos, Alexandre Carvalho, Oswaldo dos Santos Ramos e Luiz de Gonzaga Barbalho Uchoa Dornelas Câmara.
Na reunião, definiu-se o nome da nova agremiação como sendo “Santa Cruz Foot-Ball Club”. As cores escolhidas foram o branco e preto.
Em 1915 o Santa adotou o vermelho, tornando-se tricolor. Na década de 1970, a torcida comemorou a inauguração do Arrdua. O estádio, cujo terreno havia sido posto a venda em 1952 pelo proprietário, recebeu o nome de José do Rego Maciel, por ter sido este o Prefeito na época em que o Santa recebeu da prefeitura a posse definitiva do terreno, em 1954. Somente em 1965, com a venda de cadeiras cativas e títulos patrimoniais é que o Tricolor começou a construir seu estádio, que foi inaugurado em 04 de julho de 1972.
Detentor de inúmeros títulos (estaduais, nacionais e internacionais), o Santa Cruz é o único time de Pernambuco com participação em todas as edições do campeonato estadual, possuindo várias torcidas organizadas como: Império Coral, Raça Coral, Sertanejo, entre outras, sendo essas torcidas consideradas o maior patrimônio do Clube.
Portanto quero parabenizar o Santa Cruz Futebol Clube e todos os integrantes desse clube, bem como todos os fiéis e apaixonados torcedores tricolores, pela passagem de mais um ano de sua fundação.
Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Aluísio Lessa Deputado

Requerimento N° 2700/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado um **VOTO DE APLAUSO ao Dia do Frevo** pelos seus 110 anos de existência, no dia 09 de fevereiro de 2017.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Felipe Carreras, Secretário de Turismo, Esportes e Lazer do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Marcelino Granja, Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife; a Exma. Sra. Ana Paula Vilaça, Secretária de Turismo, Esporte e Lazer da Cidade do Recife; a Exma. Sra. Leda Alves, Secretária de Cultura da Cidade do Recife; ao Exmo. Sr. Diego Rocha, Presidente da Fundação de Cultura da Cidade do Recife.

Justificativa

Surgido na cidade do Recife no fim do século XIX, o frevo caracteriza-se pelo ritmo extremamente acelerado, daí a palavra vir de ferver. O frevo é uma criação de compositores de música ligeira, feita para o carnaval para proporcionar mais animação nos folguedos. Com o decorrer do tempo, ele ganhou características próprias.
Da junção da capoeira com o ritmo do frevo nasceu o passo e a dança do frevo que pode ser de duas formas: quando a multidão dança, ou quando passistas realizam os passos mais difíceis, de forma acrobática durante o percurso. Embora arraste multidões dançando e divertindo-se, o frevo é uma dança complexa, de passos complicados, muita improvisação, que misturam rodopios, gingados, passos miúdos, malabarismo entre outros. Os dançarinos utilizam ainda uma sombrinha colorida (aberta) enquanto dançam, demonstrando grande técnica. O frevo possui mais de 120 passos catalogados, sendo os mais famosos: Locomotiva, Dobradiça, Fogareiro, Capoeira, Tesoura, Mola, Ferrolho e Parafuso, entre outros.
Nos anos 30, o frevo foi dividido em três ritmos: Frevo-de-Rua, que é o frevo completamente instrumental, feito exclusivamente para dançar; Frevo-de-Bloco, originada das serenatas realizadas paralelamente ao carnaval e o Frevo-Canção, que é o frevo mais lento, com algumas semelhanças em relação à marchinha carioca.
No ano de 2012 em cerimônia realizada na cidade de Paris, a UNESCO elege o frevo como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Portanto quero prestar esta justa homenagem para um ritmo tipicamente pernambucano, um orgulho para o nosso Estado, que está completando 110 anos de existência.
Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.
Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Aluísio Lessa Deputado

Requerimento N° 2701/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado um VOTO DE APLAUSO ao Paço do Frevo pelo seu 3º aniversário, no dia 09 de fevereiro.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) ao Exmo. Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Felipe Carreras, Secretário de Turismo, Esportes e Lazer do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Marcelino Granja, Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife; a Exma. Sra. Ana Paula Vilaça, Secretária de Turismo, Esporte e Lazer da Cidade do Recife; a Exma. Sra. Leda Alves, Secretária de Cultura da Cidade do Recife; ao Exmo. Sr. Diego Rocha, Presidente da Fundação de Cultura da Cidade do Recife; ao Exmo. Sr. Ricardo Piquet, Presidente do Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG.

Justificativa

Instalado no Bairro do Recife, o Paço do Frevo é um espaço dedicado à difusão, pesquisa, lazer e formação nas áreas da dança e música do frevo, visando propagar sua prática para as futuras gerações. É um espaço cultural da Prefeitura do Recife com a gestão realizada pelo **Instituto de Desenvolvimento e Gestão** – IDG, organização social sem fins lucrativos cuja missão é desenvolver o potencial de pessoas e organizações por meio das artes e da cultura.

Nele existem várias áreas como: Centro de Documentação, onde a história do frevo é contada em vídeos, numa linha do tempo; Escola de Música, onde permea um contato sistematizado com a música do frevo, em suas diversas linguagens e modalidades, para formar novos músicos e novos repertórios; a Escola de Dança que é focada em atividades de formação, transmissão e difusão dos passos do frevo, que cria oportunidades para o desenvolvimento profissional, físico e cultural; e o local das Exposições, onde as histórias, as agremiações e os personagens do frevo estão celebrados em exposições temporárias e de longa duração no térreo e no terceiro andar. Portanto quero prestar esta justa homenagem ao Paço do Frevo, que em três anos de existência contabiliza mais de 100 mil visitantes e se tornou um centro de referência de ações, projetos e atividades de documentação, transmissão, salvaguarda e valorização do frevo, que é uma das principais tradições culturais brasileiras, reconhecida como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Considerando como plenamente justificado, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, sua necessária aprovação, no intuito do seu atendimento.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

<div>Aluísio LessaDeputado</div>
Requerimento Nº 2702/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, nos termos do Art 282-A, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a prorrogação da FRENTE PARLAMENTAR DO COMÉRCIO VAREJISTA E DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DE PERNAMBUCO, a qual possui como estrutura de funcionamento a liderança do Coordenador Geral, deputado Tony Gel e como membros os deputados estaduais Henrique Queiroz, André Ferreira, João Eudes e Ricardo Costa.

Justificativa

Objetivando promover a interação do Poder Legislativo com entidades ligadas ao setor empresarial e acompanhar as políticas públicas relativas ao segmento, foi instalada, em fevereiro de 2015, a Frente Parlamentar do Comércio Varejista e da Micro e Pequena Empresa de Pernambuco. É importante registrar que esses segmentos têm crescido bastante no Brasil nos últimos anos. Atualmente, o colegiado vem realizando um trabalho com as entidades ligadas ao setor, no sentido de promover o acompanhamento de projetos que tramitam nesta Casa Legislativa, bem como a adequação do comércio de acordo com o que preceituam as leis. Semanalmente é encaminhada para a FECOMÉRCIO-PE e para a FIEPE relação com os projetos que entram nesta Casa Legislativa, com os respectivos resumos e prazos regimentais. Mensalmente, essas informações são atualizadas tomando por base o início da legislatura (2015). Ressalte-se que este trabalho vem ao encontro à RENALEGIS – Rede Nacional de Assessorias Legislativas da CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo que, recentemente, implantou procedimento de acompanhamento legislativo no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Portanto, é oportuno que esta Casa Legislativa prorogue o prazo de funcionamento desta frente parlamentar, em virtude da sua importância na defesa de propostas e ações que contribuam para estimular o setor do comércio varejista e da micro e pequena empresa no processo legislativo, incentivando, promovendo debates, audiências públicas e eventos afins, entre outras ações. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

<div>Tony GelDeputado</div>
Requerimento Nº 2703/2017

André Ferreira, João Eudes, Ricardo Costa.

Requerimento Nº 2703/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado em ata VOTO DE PROTESTO ao episódio no Empório Gourmet Casa dos Frios em que o motorista Mário José Ferreira, foi confundido com um assaltante na tarde da última sexta-feira (20/01), enqunto fazia compras. O caso foi primeiramente denunciado pelo patrão de Mário, o advogado Gilberto Lima, e tomou grande repercussão.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dra. Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa, Promotora de Justiça – MPPE; Roberto Franca Filho, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; Davi Lira, UESPE; Alersson Teixeira, Coordenador do FOJUNE.

Justificativa

Repúdio o episódio em que o motorista Mário José Ferreira, foi confundido com um assaltante na tarde da última sexta-feira (20), enquanto fazia compras no Empório Gourmet Casa dos Frios, localizado no bairro das Graças, Zona Norte do Recife. O caso foi primeiramente denunciado pelo patrão de Mário, o advogado Gilberto Lima, e tomou grande repercussão. “Enquanto não punirmos exemplarmente esses criminosos, cenas como essa vão se repetir. É inaceitável que em pleno século XXI tenhamos que nos deparar com esses absurdos. Racismo é crime, e espero que atos como esse não fiquem impunes” destacou. Me solidarizo com o motorista Mário José. “Ele é um cidadão que paga seus impostos como qualquer outro e merece respeito. Infelizmente, ainda existe essa cultura racista que julga o caráter das pessoas pela cor da pele, até quando a população negra terá que passar por esse tipo de constrangimento? Em repúdio ao ocorrido, um grupo organizou, por meio de um evento no facebook intitulado “Negr@ só se for fardado? Racismo institucionalizado”, uma manifestação contrária à Casa dos Frios. O evento ocorreu na segunda-feira (23/01) às 17h. Por essa razão, merece o mais veemente repúdio dessa casa, que, além disso, deve encontrar formas de apoiar a luta pelo combate ao racismo.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

<div>Bispo Ossésio SilvaDeputado</div>
Requerimento Nº 2704/2017

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2016.

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, no dia três do corrente mês, realizou-se a audiência pública para tratar sobre a apresentação dos indicadores educacionais em cumprimento a Lei nº 13.273 de 05 julho de 2007, Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco de autoria do deputado Sílvio Costa Filho(PRB) . Reuniram-se os integrantes da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco da Assembleia Legislativa do Estado. Sob a presidência da deputada Teresa Leitão(PT). A presidenta da Comissão de Educação e Cultura agradeceu a presença de todos e nos termos do Edital de Convocação deu início à audiência pública, passando a compor a Mesa com as seguintes entidades e respectivos representantes: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, representada pelo Secretário Dr. Frederico Amâncio; União Nacional dos Dirigentes Municipais - Undime, representada pela presidenta professora Maria Elza da Silva; Fórum Nacional de Educação, representado pelo coordenador professor Heleno Araújo; Associação de Mães e Pais das Escolas Públicas de Pernambuco – AMPA/PE, representado pelo presidente Manoel Santos. Em seguida, a deputada Teresa Leitão presidenta da Comissão registrou o objetivo da audiência pública que foi a apresentação dos dados educacionais do ano letivo de dois mil e quinze, como consta na Lei nº 15.362/2014, conforme alterações na Lei nº 13.273/2007, “Lei de Responsabilidade Educacional”. Ela explicou que “anualmente a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco presta essa informação a sociedade pernambucana e, que sempre acontece entre os meses de abril a agosto, mas devido o tempo que transcorreu o período eleitoral no ano em curso, realizou-se audiência pública esse mês de novembro”. Dr. Frederico Amâncio, Secretário de Educação do Estado foi convidado para fazer a exibição do relatório anual dos Indicadores Educacionais e, iniciando a sua apresentação, disse que a linha dos dados educacionais está conforme manda a lei e que será exposto um panorama sobre o avanço na Educação de Pernambuco. Falou que a redução das taxas de analfabetismo, de evasão escolar e de distorção idade-série é o principal indicador, apontando para a redução de 70,2% na taxa de abandono escolar no Ensino Médio, entre os anos de dois mil e doze e dois mil e quinze. Ele disse que toda essa construção é “fruto dos bons resultados alcançados”. Segundo ele, os resultados positivos a que se refere esta performance de Pernambuco incluem o estado no índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na meta traçada para o ano de dois mil e quinze. Diante dos dados apresentados, considerou que o aumento dos docentes pós-graduados foi expressivo, com um percentual de 21% de crescimento em todo Estado. Já em relação à remuneração “apesar das dificuldades de todo o país, Pernambuco tem se diferenciando acima da inflação”, frisou. A infraestrutura das unidades de ensino, apesar da ociosidade de vagas, ele afirmou que ainda não se faz necessário a construção de novos prédios, e sim, investir na melhoria e na qualidade dos espaços já existentes. E de acordo com ele, “o maior desafio para os próximos dois anos será replicar os resultados atingidos pelo Estado nos municípios”. Explicou ainda, que atualmente a secretaria desenvolve um projeto-piloto de Educação Integrada em quinze municípios, e que os programas Ganhe o Mundo, Quadra Viva e Escola Conectada foram pontuados na avaliação. Para concluir, o secretário acrescentou que “os desafios são muitos para Pernambuco continuar avançando”. O representante da Associação de Mães e Pais das Escolas Estaduais de Pernambuco, Manoel Santos afirmou que na fala do secretário faltou um olhar sobre o professor: “É preciso ter cuidado com quem faz acontecer. E aqui em Pernambuco há uma dificuldade imensa no cumprimento do piso salarial aos professores”. O presidente da AMPA destacou que todos os eixos apresentados nos indicadores da educação, são construtivos e importantes para o crescimento do Estado, portanto, o “salário dos professores é fundamental” concluiu. Professor Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional de Educação e diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTEPE e da Central dos Trabalhadores em Educação – CNTE, apresentou alguns dados pautados em pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD/2014), pontuando a negação ao acesso e permanência à educação em Pernambuco. Frisou que “66,8% da população acima de 10 anos não tem esse acesso, “é preciso universalizar o direito básico universal dos pernambucanos de frequentar a escola”. Ele afirmou ainda, que o desafio da Educação Básica é grande e que o Estado ainda não conseguiu dá conta. O Diretor do Sintepe crítico a apresentação do relatório em relação ao número de professores temporários na Rede Estadual, cujo percentual chega a 24,62%, considerando o número de professores aposentados. “É preciso uma maior seriedade no processo de planejamento e um maior compromisso com a educação”, concluiu. Professora Maria Elza, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais sessão de Pernambuco, falou que a missão da Undime é a de fortalecer a Educação nos municípios, nesse sentido, a gestora solicitou como encaminhamento à secretaria de educação que apresente um regime de colaboração no fortalecimento na discussão do processo na distorção idade-série, entre o ensino fundamental e o ensino médio, agravada pela repetência e o abandono da escola. Segundo ela, esse processo dos anos finais traz uma grande disparidade entre os níveis médio e fundamental, contribuindo para alavancar os problemas sociais considerados um dos maiores no ensino fundamental brasileiro. Dando continuidade a audiência pública, a presidenta da comissão explicou que uma audiência pública não é uma instância deliberativa e tem a tarefa de ouvir a sociedade o máximo possível,

para criar elementos para as ações das comissões. Em seguida, abriu as discussões para o plenário e ao termino da discussão a presidenta Teresa Leitão fez as considerações finais sobre a audiência pública: 1) Para a presidenta da Comissão de Educação, o Governo do Estado apresentou uma baixa execução do orçamento. Como exemplo, citou os investimentos que estavam previstos para a educação no campo. Segundo ela, apenas 5% do orçamento foi executado nessa ação específica; 2) O secretário foi alertado também para o alto índice de professores admitidos por contratos temporários, o que, segundo ela, “caracteriza uma precarização das relações de trabalho na Educação”; 3) A presidenta avaliou, por último, que a Comissão de Educação e Cultura cumpriu, ao realizar a audiência pública, seu papel de fiscalizar as ações do Poder Executivo na área educacional. Não havendo mais nada a tratar, concluiu os trabalhos e agradeceu a presença das entidades e encerrou a Audiência Pública. E para que tudo conste em registro, segue a presente ata que será posteriormente, aprovada, assinada e publicada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Sala das Reuniões 07 de novembro de 2016.

<div>Deputada Teresa Leitão(PT)Presidenta</div>
Deputado Tony Gel(PMDB) Vice-Presidente
Deputado Edilson Silva(PSOL) Membro Titular
Requerimento Nº 2705/2016

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2016.

ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, no dia vinte e cinco do corrente mês, realizou-se a audiência pública para tratar sobre a Medida Provisória nº 746/2016. Reuniram-se os integrantes da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco no Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco desta Casa Legislativa. Sob a presidência da deputada Teresa Leitão (PT), com a presença do deputado Waldemar Borges (PSB), como membro titular, e do deputado Lucas Ramos (PSB), como convidado. A presidenta da Comissão de Educação e Cultura agradeceu a presença dos parlamentares e, nos termos do Edital de Convocação, deu início à audiência pública, passando a compor a Mesa com as seguintes entidades e respectivos representantes: Ministério da Educação – MEC, representado pelo secretário de Educação Básica, Rossieli Soares da Silva; Secretaria de Educação do Estado - SEE, representada pelo secretário de Educação, Frederico Amâncio; Fórum Estadual de Educação - FEE, representado pela coordenadora, Márcia Ângela Aguiar; Sindicato dos Professores de Pernambuco- SINPRO, representado pelo presidente, Helmiton Bezerra; União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco – UESPE, representada pelo presidente Evandro José da Silva; Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTEPE, representado pelo Presidente Fernando Melo; Conselho Estadual de Educação – CEE, representado pelo presidente Ricardo Chaves Lima; Central Única dos Trabalhadores – CUT, representada pelo vice-presidente Paulo Rocha. Em seguida, a deputada Teresa Leitão registrou que o objetivo da audiência pública era debater as alterações decorrentes da Medida Provisória nº 746 nas políticas públicas de ensino médio em tempo integral, considerando a Lei de Diretrizes e Base da Educação e a legislação que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e a Valorização dos Profissionais da Educação Brasileira. Durante a Audiência Pública, promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado, os representantes das entidades apresentaram preocupação diante da implementação dessa medida que se encontra no Congresso. A MP, de acordo com a sua ementa, “institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências”. Segundo a deputada Teresa Leitão, a MP é de “longo alcance” e confronta o Plano Nacional de Educação (PNE). Ela pode reduzir as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, tal como em 1970, quando foram implantadas as habilitações profissionais. A presidenta ressaltou que questões que fazem parte das diretrizes já definidas estão sendo colocadas em xeque. Entre elas, a formação profissional ser substituída pelo “notório saber”. A parlamentar destacou que o debate com a sociedade é fundamental e que a audiência pública servia também a esse propósito. Em seguida, a deputada Teresa Leitão agradeceu a presença de todos e passou a ouvir a Mesa, concedendo a palavra ao representante do MEC, Rossieli Soares da Silva, que representou o ministro da Educação, Mendonça Filho. Ele afirmou que o Ensino Médio, segundo resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado em setembro deste ano, também motivou a proposta de reforma do Ensino Médio, uma vez que, há três edições, no Brasil, há uma estagnação no que se refere ao Ensino Médio, segundo ressaltou o secretário de Educação Básica. O secretário frisou também que a flexibilização é o principal ponto da reforma e que flexibilizar o currículo atende a uma necessidade de combater a evasão escolar, no sentido de construir algo mais atrativo para os estudantes. “ O número de matrículas tem diminuído, e o afunilamento é muito grande ao logo do Ensino Médio. No primeiro ano, temos 3,6 milhões de alunos. Já no terceiro ano, observamos apenas 1,9 milhão.” Rossieli Soares argumentou também que a contratação dos profissionais com notório saber está restrita à formação técnica, conforme, segundo ele, está previsto na Medida Provisória. “Há 20 anos, o Congresso Nacional avalia propostas, sem tomar uma decisão e, graças ao fato de ter sido apresentada, a reforma do Ensino Médio está sendo discutida no Brasil inteiro e considerada um debate urgente”, relatou. Ele lembrou ainda que cada estado e cada município vão definir a sua organização curricular. O secretário registrou ainda uma comparação feita entre o Brasil e outros países. Rossieli Soares apresentou dados em que apenas 8% dos estudantes são matriculados no ensino técnico, enquanto a média da maioria dos países giram em torno dos 42% e 50%. O que, segundo ele, não impossibilita que alunos do ensino técnico façam o percurso para o ensino superior. O Pronatec, hoje, é relacionado ao pós-médio. Outros indicadores dão sinais. Ainda de acordo com o secretário, o modelo no Ensino Médio se baseia apenas no Enem. Ele propôs uma reflexão sobre uma proposta de alternativa para além do ensino superior e defendeu mais autonomia e protagonismo para os alunos. Para ele, o Brasil precisa tomar uma decisão. Ele disse que Medida Provisória não é Decreto. Ela pode ser modificada ou totalmente rejeitada, mas a iniciativa acelera o projeto. A ideia é o ensino técnico ser absorvido no ensino médio, o que garante uma atratividade, segundo o secretário. Ele concluiu ainda afirmando que a legislação é muito clara: o “notório saber” é relativo apenas ao ensino técnico e profissional. A deputada, em seguida, passou a palavra para o secretário de Educação de Pernambuco, Frederico Amâncio. Para ele, o importante é repensar o Ensino Médio no Brasil. O debate começou mais intensamente em 2012, mas a questão hoje não é a Medida Provisória, para o secretário. “O Ensino Médio ficou parado no tempo”, afirmou. Ele citou países como Japão e China que estão mais alinhados com currículos de interesse dos estudantes. Dois desafios do Brasil, para o secretário, são: acesso e qualidade do ensino. Ele registrou uma evasão alta no Brasil. Ele afirmou que a flexibilidade é uma unanimidade. Ele enalteceu a iniciativa da deputada. Para ele, as linhas principais da MP são: flexibilidade, base nacional comum curricular, educação em tempo integral e fortalecimento da educação profissional. Esses pontos, segundo Frederico Amâncio, vêm das várias reuniões de entidades representativas da Educação. Ele defendeu que o mais importante é discutir o conteúdo que os estudantes devem conhecer. Ao término, a presidenta passou a palavra ao deputado Lucas Ramos (PSB) que afirmou que a iniciativa pode ser arriscada no momento em que se permite que pessoas de notório saber ocupem vagas de profissionais com formação específica em Educação. Ele questionou ainda a PEC 241 e suas consequências. A coordenadora do Fórum Nacional de Educação, Márcia Ângela, foi a próxima a falar. Ela fez algumas reflexões. Os problemas do Ensino Médio não são apenas curriculares. O debate está relacionado a questões salariais dos profissionais da Educação, segundo apontou. “Não entendo como se faz uma reforma de ensino a partir de uma Medida Provisória. Não é adequado”, destacou. Para ela, a medida tende a reforçar uma fragmentação do conhecimento, não trata de questões basilares, como infra-estrutura e formação dos profissionais. Márcia Ângela disse que a MP tende a precarizar as relações de trabalho na Educação e retoma a discussão curricular sem avaliar o que tem sido feito no Brasil como um todo. Dá uma escolha aos jovens sem considerar as condições da escola, sonogando o acesso ao conhecimento em algumas áreas. A coordenadora disse que o debate precisa ser ampliado e não se limitar ao âmbito do Legislativo. A presidenta passou, então, a palavra ao professor Helmiton Beserra, presidente do Sinpro. Ele afirmou que há necessidade de melhorar as condições de trabalho, uma vez que a medida provisória tem um “pecado”: ela é apresentada com a pressa de um governo que não tem a legitimização do voto. Por isso, a desconfiança da sociedade. Segundo Helmiton Beserra, a MP relembra os Atos Institucionais do tempo ditatorial e, para ele, “esse é o nó da questão”. Esperava-se um amplo debate da sociedade. A MP vai na contramão da PEC 241, do Plano Nacional de Educação. Em seguida a deputada passou a palavra para o presidente da UESPE, Evandro José. O representante dos estudantes afirmou que a sociedade está mobilizada contra a PEC 241 e contra a reforma do Ensino Médio. “O debate é muito importante. Aqui estamos tendo a oportunidade de discutir”, ressaltou. Menos de 4% do orçamento vai para a Educação, menos de 5% vai para a Saúde. A PEC está propondo um retrocesso, segundo Evandro José. Para ele, são os estudantes pobres que sofrem com a falta de investimento em educação pública. “Se depender desse Congresso Nacional, não haverá educação pública neste País”, destacou Evandro José. Ele registrou que há uma defesa da democracia, em defesa da educação, da saúde e das áreas sociais. “Educação não é gasto. É investimento. É esse debate que precisamos fazer. A juventude está ficando sem perspectiva”. Para ele, é preciso garantir às universidades públicas, e não o retrocesso que se prevê. “O estudante precisar ser um cidadão crítico, capaz de interpretar a sociedade em que vive e não apenas entrar no mercado de trabalho”, afirmou. O presidente da UESPE criticou ainda a proposta da “Escola sem Partido” e disse que só a luta poderá mudar o País. A presidenta da Comissão de Educação e Cultura, deputada Teresa Leitão, agradeceu aos integrantes da mesa pela participação e abriu o debate para outros representantes. A partir das discussões, a Comissão de Educação e Cultura construiu com a sociedade civil, representada pelos vários participantes da audiência pública, as seguintes definições: 1) Comissão de Educação e Cultura é catalisadora de debates, dentro da sua competência, na Assembleia Legislativa de Pernambuco; 2) Audiência Pública apresentou, por meio dos posicionamentos dos representantes das entidades presentes, um saldo bastante crítico à Medida Provisória; 3)Conselho Nacional de Educação (CNE) é peça fundamental no debate da Base Curricular Nacional, mas os conselheiros indicados pelas entidades para fazerem parte do CNE não puderam tomar posse, devido a uma medida do Ministério da Educação. O Conselho não pode ser um mero “homologador” de decisões referentes à Base Curricular Nacional; 4) Ministério da Educação, durante a audiência pública, tratou não apenas da política educacional, mas envervedu também pelo debate quanto à política partidária. Não havendo mais nada a tratar, a presidenta da Comissão, deputada Teresa Leitão, concluiu os trabalhos, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E para que tudo conste em registro, segue a presente ata que será posteriormente, aprovada, assinada e publicada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Sala das Reuniões, 26 de outubro de 2016.

<div>Deputada Teresa Leitão(PT)Presidenta</div>
Requerimento Nº 2706/2016

Tony Gel (PMDB) <div>Vice-Presidente</div>
Edildon Silva(PSOL) <div>Membro Titular</div>

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2016.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, mediante convocação publicada no Diário Oficial do Estado, no dia três do corrente mês, realizou-se a audiência pública para tratar sobre a Universidade de Pernambuco-MUSE: soluções para as ocupações existentes em vários municípios. A audiência Pública foi realizada no pátio externo do Plenário do Museu Palácio Joaquim Nabuco da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sob a presidência da deputada Teresa Leitão (PT), que se pronunciou agradecendo a presença de todos e diante dos termos do Edital de Convocação deu início à audiência pública, passando a compor a Mesa com as seguintes entidades e respectivos representantes: Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco-SECTI, representada pela secretária Lúcia Melo; Universidade de Pernambuco-UPE representada pelo reitor professor Pedro Henrique Barros Falcão; Sindicato Nacional dos Docentes-ANDES, professor Flávio Albert Brayner; Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Pernambuco-ADUPE, representada pelo presidente Sérgio Galdino; Tainá Peixoto, representando o Diretório Central dos Estudantes de Petrolina, e solicitante da audiência pública. Representações Estudantes: Petrolina, Nazaré da Mata, Santo Amaro, Palmares, Garanhuns. Diretório Central dos Estudantes da UPE, representando a presidente Ranielle Vital. Em seguida, os trabalhos foram iniciados. A presidenta da comissão informou ao plenário que o Governador do Estado foi convidado, porém não pôde comparecer, em seguida disse que o objetivo da audiência pública foi debater a situação das ocupações nos respectivos campi da Universidade de Pernambuco. A parlamentar explicou que foi realizada uma audiência pública com a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Participação Popular e Comissão de Educação e Cultura na semana passada para discutir também a pauta das ocupações nas Universidades Federal, Rural, Estadual e também em todas as Escolas Públicas do Estado, nessa reunião foi formado um Grupo de Trabalho para acompanhar o andamento das mobilizações diante do processo de ocupações juntamente com as representações no Estado. A presidenta disse que todo esse processo de ocupações dos estudantes está acontecendo devido à tramitação da Medida Provisória nº 746/16 e a PEC 55/16, no Congresso Nacional. Portanto, “é necessário à participação de todos para garantir o sucesso diante das ações reivindicadas em pauta”. A deputada Teresa Leitão informou que o Plano de Assistência Estudantil outro ponto reivindicado, foi elaborado por uma comissão especial presidida por ela Teresa Leitão(PT), e relatoria do deputado Rodrigo Novaes(PSD), nesta Casa Legislativa. “Esse projeto foi realizado no ano de dois mil e quatorze, mais que deve ser retomado agora com a participação conjunta com toda a sociedade”, concluiu. Continuando a audiência pública, a secretária de Ciência e Tecnologia foi a primeira a se pronunciar em relação ao tema considerando o debate oportuno sobre a qualidade da educação superior no país, mas sugeriu que os estudantes façam um recorte nas reivindicações. A secretária explicou que “Pernambuco quer melhorar seus indicadores da educação superior, mas os investimentos são feitos dentro de limitações orçamentárias”. Disse ainda, que os estudantes têm essa autonomia de se posicionar para a melhoria da educação superior com qualidade e universalização para todos. Portanto, o governo de Pernambuco está atento diante das ações pautadas, e consequentemente, dará os encaminhamentos diante das necessidades apresentadas. Dando início a sua fala, o reitor da UPE professor Pedro Falcão afirmou todo apoio aos estudantes e professores do movimento de ocupação, avaliou a sintonia que o governo do Estado tem com a universidade. Continuando, Falcão explicou que somente cento e oitenta e sete dos dezenove mil alunos de graduação e pós- graduação da UPE contam com a bolsa de Permanência e Desenvolvimento Acadêmico. “Identificamos, em levantamento, que trezentos estudantes possuem renda per capita entre trinta a cem reais, mensal. “Não conseguimos atender sequer esse quantitativo”, afirmou. Ele criticou o governo em relação à demora no repasse dos recursos federais provenientes da adesão Sistema Seleção Unificada-SISU, pois até o momento à Universidade ainda não havia recebido seus repasses, por conta disso a universidade passa por problemas estruturais gerando desconforto para todos. O representante do Sindicato Nacional dos Docentes-ANDES, professor Flávio Albert Brayner, prestou sua solidariedade aos estudantes das ocupações de todas às instituições de ensino. Disse que todas as universidades federais estão em estado de permanência de greve em relação a PEC 55 e às reformas que estão sendo feitas no ensino médio. O presidente da Associação dos Docentes da Pernambuco-Adupe professor Sérgio Galdino reivindicou sobre as questões relacionadas aos docentes, destacando o Regime de Dedicção Exclusiva-DE que considera pauta importante para a consolidação da UPE quanto universidade; e como pauta principal os campi do interior do Estado devido à fragilidade de acesso dos docentes. Outro ponto destacado pelo professor foi à questão financeira, segundo ele, a “Proposta Emenda Constitucional-PEC 55/16, traz grande perda salarial para os professores”, concluiu. Em seguida, a presidenta do Diretório Central dos Estudantes, Ranielle Vital frisou que o governo do estado precisa investir mais nas universidades, pois a Universidade de Pernambuco é a única no estadual e que precisa de uma peculiaridade. Tainá Peixoto, representante do Diretório Central de Petrolina reclamou sobre a falta de professores efetivos e a precariedade dos contratos de trabalhos dos doentes temporários. A estudante solicitou como encaminhamento à comissão de educação, uma reunião com o governador Paulo Câmara para discutir diretamente a garantia de mais recursos para a instituição. Analisou que “Não adianta fazer seleção para ingresso de novos alunos se não for para uma universidade pública gratuita e de qualidade” apontando que as ocupações que motivaram o adiamento do vestibular seriado para o final do mês de janeiro de dois mil e dezessete. Daniele Valesca do Ocuppe Santo Amaro, destacou os anos de fundação da instituição de ensino, os legados acadêmicos registrados na memória dos pernambucanos, e diante disso consegue entender a fragilidade que a universidade vem enfrentando em toda estrutura, e parte financeira ocasionando cortes nas despesas da manutenção e gerando desconforto. Ela lamentou ser um des caso por parte do governo. A representante do Ocuppe Nazaré da Mata, Rayne Mirela disse que as medidas implementadas pelo governo federal, tem deixado à sociedade sem voz para decidir, sem escolhas apontando para a situação crítica que levou os estudantes da UPE a paralisar suas atividades. Ela disse que a universidade precisa de melhoria e atenção por parte dos governos Estaduais e Federais. Eduarda representante do Ocuppe Palmares falou sobre a amplificação da representação estudantil no âmbito do Estado, sobretudo, diante das pautas apresentadas reivindicou que a estrutura do prédio onde realiza sua atividades (Palmares), não é dada a devida atenção. Em seguida a presidenta da comissão Teresa Leitão passou a ouvir Talita representante do Ocuppe Garanhuns, em reposta a posição do governo do Estado em relação às ocupações na UPE a estudante afirmou que o “governo não precisar ter consideração por ninguém e sim responsabilidade”, “é de responsabilidade e compromisso que se faz uma gestão comprometida com o cidadão e com os estudantes”. Teresa Leitão deputada estadual e presidenta da comissão de educação e cultura da Alepe, prestou solidariedade e disse “que está sensível ao problema e que os estudantes, professores e toda a sociedade envolvida tem toda sua atenção no tocante ao tema. Em seguida, a presidenta abriu o debate. A partir das discussões, a Comissão de Educação e Cultura construiu com a sociedade civil, representada pelos vários participantes da audiência pública, as seguintes definições e encaminhamentos: 1). Criação de um fórum mensal de debate no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação entre alunos, professores e reitoria da Universidade de Pernambuco (UPE) para tratar das questões relativas à instituição; 2). Revisão do modelo de financiamento da UPE; 3). Análise do Plano de Assistência Estudantil, produzido por uma Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), presidida por Teresa Leitão; 4). Reivindicação de que o governador Paulo Câmara (PSB) receba os estudantes para dialogar sobre os problemas apresentados. 5). Ampliação do debate acerca da pauta da saúde, tanto dos cursos de formação quanto dos hospitais. 6). Discussão sobre o adiamento do vestibular. Não havendo mais nada a tratar, a presidenta da Comissão, deputada Teresa Leitão, concluiu os trabalhos, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E para que tudo conste em registro, segue a presente ata que será posteriormente, aprovada, assinada e publicada sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputada Teresa Leitão(PT) <div>Presidenta</div>
Deputado Tony Gel(PMDB) <div>Vice-Presidente</div>
Deputado Edilson Silva (PSOL) <div>Membro Titular</div>

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

No dia 18 de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II, Anexo VI da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, e em obediência à convocação deste colegiado técnico por Edital, reuniram-se as Deputadas Simone Santana e Teresa Leitão, titulares da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), e o Deputado Edilson Silva, suplente desta Comissão, presididos pela própria Deputada Simone Santana, que verificando o quórum regimental, deu por iniciada a reunião colocando em discussão e aprovação a ata da última reunião e que não havendo o que discutir, foi aprovada por unanimidade, passando à distribuição dos projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 932/2016, de autoria do Deputado Cleiton Collins (Ementa Dispõe sobre o Programa de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência do Estado de Pernambuco, e dá outras providências); Projeto de Lei Ordinária nº 999/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (Ementa Dispõe sobre a proteção às gestantes participantes de concursos públicos realizados pelos poderes públicos do Estado de Pernambuco); Projeto de Ordinária nº 1009/2016, de autoria do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara (Ementa Autoriza o Estado de Pernambuco a celebrar Concessão de Direito Real de Uso – CDRU, com encargo, de área de terra que indica localizada no município do Paulista); e Projeto de Resolução nº 908/2016, de autoria do Deputado Guilherme Uchoa (Ementa Concede Medalha Leão do Norte Mérito Mulheres de Tejucupapo à economista e auditora Renata de Andrade Lima Campos). Não havendo mais processos a ser distribuídos, a Deputada Simone Santana passa a presidência da Reunião Ordinária à Deputada Teresa Leitão, que coloca em discussão o Projeto de Ordinária nº 1009/2016. O parecer da relatora foi pela aprovação, sendo acompanhada em voto favorável pela Deputada Simone Santana e pelo Deputado Edilson Silva. Em seguida, a Deputada Simone Santana passa a presidência da Reunião Ordinária ao Deputado Edilson Silva que coloca em discussão o Projeto de Resolução nº 908/2016. O parecer do relator foi pela aprovação, sendo acompanhado em voto favorável pelas Deputadas Simone Santana e Teresa Leitão. O Deputado Edilson Silva devolve a presidência dos trabalhos à Presidente Simone Santana que nada mais tendo a tratar, deu por encerrada a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Micheline Américo da Silva, assessora desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todas assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

SIMONE SANTANA <div>Presidente da CDDM</div>
--

Dep. Raquel Lyra (PSDB)
Dep. Aluisio Lessa (PSB)

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DE ZÉ MAURÍCIO NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE fevereiro DE 2017.
--

Exmo. Senhor Presidente,
Exmos. Senhores Deputados e Senhoras Deputadas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores aqui presentes...

Boa Tarde.
VENHO À TRIBUNA, NESTA TARDE, PARA FAZER UM REGISTRO QUANTO AO FALECIMENTO DO EXMO. SR. DEPUTADO ESTADUAL E FEDERAL JOSÉ INÁCIO DA SILVA, QUE FOI VELADO NO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO NO DIA 26 DE JANEIRO DO CORRENTE ANO, DURANTE O RECESSO PARLAMENTAR. RATIFICANDO A SUA IMPORTÂNCIA PARA A HISTÓRIA DO PARLAMENTO PERNAMBUCANO, O DEP. RICARDO COSTA APRESENTOU UM REQUERIMENTO DE VOTO DE PESAR PELO SEU FALECIMENTO, POIS ZÉ INÁCIO FOI UM PARLAMENTAR E, ACIMA DE TUDO, UM PERNAMBUCANO DE CORAÇÃO HUMILDE E QUE SEMPRE TRABALHOU EM PROL DE NOSSO POVO. PORTANTO, MERECE O DEVIDO RECONHECIMENTO POR ESTA CASA, PELA SUA TRAJETÓRIA POLÍTICA E SEU PERFIL PARLAMENTAR VANGUARDISTA. NASCEU NO MUNICÍPIO DE BREJO DA MADRE DE DEUS, LOCALIZADO NO AGRESTE SETENTRIONAL DE PERNAMBUCO, ONDE FOI ELEITO PREFEITO POR TRÊS VEZES. CASOU-SE COM A SR.ª MARIA LUÍSA CAVALCANTI DA SILVA, E FOI PAI DE QUATRO FILHOS: CECI CAVALCANTI FERREIRA, CATHARINA CAVALCANTI JUNQUEIRA, MARIA CAROLINA CAVALCANTI DA SILVA E JOSÉ INÁCIO CAVALCANTI DA SILVA. DURANTE SUA PASSAGEM PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, ATUOU COMO DEPUTADO ESTADUAL DURANTE OS ANOS DE 1959 A 1969, PERÍODO EM QUE CHEGOU, INCLUSIVE, A SER ELEITO 2º SECRETÁRIO. EM 13 DE MARÇO DE 1969, AO ASSUMIR UMA POSTURA CONTRÁRIA AO REGIME MILITAR, TEVE SEU MANDATO PARLAMENTAR CASSADO POR UM DECRETO PRESIDENCIAL. MESMO COM A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA SOFRIDA, ZÉ INÁCIO NÃO DESISTIU DO SONHO DE AJUDAR SEU POVO. OCUPOU OS CARGOS DE VEREADOR, DEPUTADO FEDERAL, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DE PERNAMBUCO, PRESIDENTE DO INSTITUTO AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO (IPA) E MINISTRO ESPECIAL DE ASSUNTOS DO NORDESTE DURANTE O GOVERNO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO. SUA VIDA POLÍTICA FOI MARCADA PELA PREOCUPAÇÃO COM AS SECAS QUE ATINGIAM, DESDE AQUELA ÉPOCA, O NOSSO ESTADO, ESPECIALMENTE O AGRESTE E SERTÃO PERNAMBUCANOS. PARTE DAS OBRAS HÍDRICAS DE BREJO DA MADRE DE DEUS FOI REALIZADA TANTO COM SEU APOIO COMO PREFEITO, QUANTO COMO PARLAMENTAR. SENDO UM GRANDE VISIONÁRIO, ZÉ INÁCIO DEFENDIA O MANEJO SUSTENTÁVEL DA ALGAROBA, COMO ALTERNATIVA PARA OS PROBLEMAS TRAZIDOS PELAS LONGAS ESTIAGENS, POIS A PLANTA AJUDA NA FIXAÇÃO DE NITRÓGENO NO SOLO E COLABORA NA REGENERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, PODENDO-SE EXTRAIR DELA A MADEIRA, A VAGEM IN NATURA PARA ALIMENTAR REBANHOS E PROCESSÁ-LA PARA CONSUMO HUMANO (FARINHA). A APROXIMAÇÃO ENTRE MINHA FAMÍLIA E A DE ZÉ INÁCIO VEM DESDE QUANDO ME MUDEI DE SÃO PAULO PARA RECIFE, AINDA CRIANÇA, MOMENTO EM QUE CONHECI O NOBRE DEPUTADO, QUE NA ÉPOCA JÁ ERA AMIGO DE MEU PAI, SEVERINO CAVALCANTI, E QUE JUNTAMENTE COM SUA ESPOSA, MARIA LUÍSA, NOS RECEPCIONOU CARINHOSAMENTE. SEU FALECIMENTO DEIXOU A TODOS CONSTERNADOS E SEU VELÓRIO FOI MARCADO POR MUITA EMOÇÃO E SAUDADE. DESSA FORMA, TRANSMITO OS MEUS MAIS SINCEROS PÊSAMES AOS SEUS AMIGOS E FAMILIARES, ESPECIALMENTE À SUA ESPOSA, MARIA LUÍSA, E ÀS SUAS FILHAS: CECI, CATHARINA E MARIA CAROLINA. SEM PODER TRADUZIR INTEGRALMENTE OS VERDADEIROS SENTIMENTOS QUE SEUS FAMILIARES ESTÃO PASSANDO, SOLICITO AOS MEUS NOBRES PARES QUE SEJA REGISTRADO NOS ANAIS DA CASA JOAQUIM NABUCO UMA NOTA DE PESAR PELO FALECIMENTO DE NOSSO NOBRE COLEGA, E QUE SEJA APROVADO O REQUERIMENTO DE VOTO DE PESAR DO DEPUTADO RICARDO COSTA, PARA QUE SEJAM ENCAMINHADAS NOSSAS FORMAIS CONDOLÊNCIAS À FAMÍLIA.

MUITO OBRIGADO.

BOA TARDE.

PRONUNCIAMENTO DE SOCORRO PIMENTEL NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE fevereiro DE 2017.

Senhor presidente,
Senhores deputados e senhoras deputadas,
Recebam todos, no dia de hoje, nesta primeira intervenção desta tribuna, a minha sincera manifestação de carinho, respeito e apreço a todos os meus pares recentemente empossados nesta democrática Casa do Povo Pernambucano. Felicitio inicialmente a Deputada Roberta Arraes, da minha querida região do Sertão do Araripe. Tenho a certeza deputada, que poderei contar com o apoio de Vossa Excelência, para juntas lutarmos pelo desenvolvimento da nossa região. Luta esta que, há dois anos, venho travando incessantemente por melhorias para o nosso povo sertanejo, como a construção do IML e Hospital de Traumas, do Hospital da Mulher, da reforma do Regional Fernando Bezerra e da inauguração da UPA-E em Ouricuri, que está concluída desde 2014 e não foi entregue à população, e na implantação da UTI no Hospital Santa Maria. Na segurança, a instalação da Delegacia da Mulher; melhoria das cadeias públicas; aumento de delegacias plantonistas e do efetivo policial na região. Na infraestrutura, priorizei as obras que visam potencialidade hídrica e na sinalização e recuperação das rodovias, dentre tantos outros pleitos que venho insistentemente encaminhando ao Governo do Estado e Governo Federal. Infelizmente nossa região foi esquecida pelo atual Governo, o qual não prioriza as ações que tragam mais dignidade e qualidade de vida aos cidadãos do Araripe, por isso, todos os esforços em benefício do povo devem ser priorizados, e estes estarão acima de qualquer diferença partidária. Felicitos os demais membros da Mesa Diretora, que, ao lado do nobre Deputado Guilherme Uchôa, tem uma agenda importante de ações, que passa pelo compromisso com a autonomia e independência do Legislativo e pela apreciação das reformas em vários setores, entre outras questões de interesse desta Casa e do Povo Pernambucano. Quero agradecer a confiança dos deputados que me confiaram seu voto para que participasse da mesa diretora, onde já faziam 08 (oito) anos que uma mulher não participava da composição. E da mesma forma gratificante, senhor Presidente, parabenizar os demais colegas que aqui se encontram nessa nova legislatura. Estaremos torcendo pelo sucesso daqueles que saíram para outras missões, em especial a de chefiar o poder executivo de suas cidades. Desejo as boas-vindas aos 06 (seis) deputados recém-empossados, 02 deles que chegam a esta Casa pela primeira vez, os Excelentíssimos Senhores deputados Paulinho Tomé e Jaderval de Lima, bem como à deputada Terezinha Nunes, deputada Laura Gomes e deputados Isaltino Nascimento e Gustavo Negromonte que retornam a esta casa, trazendo suas experiências e ampliando o nível dos debates e dos projetos de interesse do povo. Estou certa que estarão todos imbuídos no propósito de dar suas contribuições em defesa de um Pernambuco mais democrático, justo, humano e igualitário. Resta-me, portanto, senhor Presidente, pedir a Deus que derrame sua proteção sobre esta Casa do Povo e que nos ilumine de forma que possamos escolher o melhor caminho, este que haverá de nos levar ao encontro dos anseios do povo de Pernambuco.

Muito obrigada!

Portaria

PORTARIA Nº 07/2017

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art.80, inciso I, da Lei nº 6.123/68 e no Ato nº 598 de 11 de novembro de 2015, publicado no DOE de 12 de novembro de 2015 e o Ofício n.º 680921/2017, **do Departamento de Gestão Funcional, RESOLVE:** designar a servidora **SIMONE DE ALMEIDA CASTRO MOURY FERNANDES**, matrícula nº 311, Técnico Legislativo, especialidade: Processo Legislativo, NII10, para responder cumulativamente pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, no impedimento da titular, **CYNTHIA MARIA FREITAS BARRETO**, matrícula nº 24.800, durante o gozo de suas férias regulamentares do exercício de 2017, no período de 06 de fevereiro a 07 de março de 2017.

Sala Austro Costa, 06 de fevereiro de 2017.

CRISTIANE ALVES DE LIMA
Superintendente Geral

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br